

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL


UHE SÃO MANOEL

P.27 – Programa de Educação Ambiental (PEA)

Relatório Semestral de Atividades – 1º Semestre de 2015

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA			
INTEGRANTES	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA	ASSINATURA
Ana Maria Iversson	DRT 280/84	460134	
Márcia Eliana Chaves	DRT 979/87	2492389	
Mauricio Zamboin	CREA 5061439751	5394356	
Paula Pontvianne	-	6348334	
Priscila Machion Leonis	CRBio 61290/01-D	2826556	

Agosto – 2015

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Objetivos	1
3. Metodologia	3
3.1 Linhas de Ação do Programa de Educação Ambiental (PEA)	3
3.2 Área de Abrangência das Atividades do PEA	3
4. Resultados e Discussões.....	3
4.1 Resultados Preliminares do DSP – 1ª Campanha	4
4.1.1 Estabelecimento de Parcerias	4
4.1.2 Metodologia do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) – Primeira Campanha....	5
4.1.2.1 Resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) – Primeira Campanha	9
4.1.2.2 Conclusões do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) – Primeira Campanha	28
4.1.2.3 Finalização do Diagnóstico Socioambiental Participativo e elaboração dos Projetos de Educação Ambiental	30
5.0 Cronograma Ajustado	31

ANEXOS

Anexo 1 – Material para o DSP

Anexo 1.1 – Planejamento de trabalho de campo para Programa de Educação Ambiental

Anexo 1.2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada e Reuniões

Anexo 1.3 – Roteiro para Oficinas de F.O.F.A

Anexo 1.4 – Roteiro para oficinas de Mapa Falado


Anexo 1.5 – Questionário aos Profissionais de Ensino

Anexo 1.6 – Apresentação para Atividades do DSP

Anexo 1.7 – Lista de Presença

Anexo 2 – Registro Fotográfico da 1ª Campanha do DSP

Anexo 3 – Cronograma Geral Ajustado do P.27

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

1. Introdução

O presente documento apresenta o resultado das atividades de execução do **P.27 - Programa de Educação Ambiental (PEA)**, desenvolvidos entre janeiro e junho de 2015 (1º Semestre de 2015).

As atividades a seguir estão de acordo com o Plano de Trabalho, incluído no 1º Relatório do programa e submetido ao IBAMA no dia 13/02/2015, tendo sido aprovado por este órgão no dia 18 de maio de 2015, através do ofício 02001.005172/2015-80 CGENE/IBAMA.

Este Programa integra o conjunto de ações mitigadoras e compensatórias propostas no Projeto Básico Ambiental (PBA), dentro do conjunto de Programas de Apoio ao Plano de Gestão Ambiental previsto para a Fase de Implantação do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) São Manoel que está sendo implantado no rio Teles Pires, entre os estados de Mato Grosso e Pará.

Em sua elaboração e revisão, as ações foram ajustadas considerando a Nota Técnica Nº 119/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que tem por objetivo expor diretrizes para a formulação e execução de programas de Educação Ambiental e sistematizar os conhecimentos acumulados nas experiências de licenciamento ambiental do órgão ambiental federal, de maneira a otimizar a aplicação de recursos e resultados de Programas de Educação Ambiental vinculados a projetos de infraestrutura. Também foram incorporadas as recomendações técnicas presentes no Parecer 2478/2014 COHID/IBAMA e a condicionante 2.11 da Licença de Instalação (LI) Nº 1017/2014.


O desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental durante as obras de implantação do AHE São Manoel se insere no contexto das medidas mitigadoras do processo de licenciamento ambiental previstas na legislação ambiental brasileira. A introdução de uma nova situação dada pela construção do empreendimento em questão e suas potenciais interferências no cotidiano dos moradores conduz à oportunidade para tratar os temas socioambientais vinculados ao projeto.

O PEA compreenderá, em seu conjunto, a organização de processos de ensino/aprendizagem, objetivando a participação dos grupos sociais das áreas de influência na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, em conformidade com as condicionantes de licença.

2. Objetivos

Os objetivos do Programa de Educação Ambiental são:

- Desenvolver o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), com o objetivo de identificar os atores sociais envolvidos, as demandas socioambientais da região, definindo os sujeitos prioritários das ações educativas e os principais temas que deverão ser abordados;
- Orientar a população sobre a adequada utilização das áreas do reservatório e seu entorno, de acordo com as diretrizes estabelecidas no PACUERA;

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 1
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

- Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental, por meio da conscientização ambiental da população;
- Estimular o desenvolvimento de uma postura ecológica individual e coletiva, visando à produção de reflexos tanto em questões práticas e cotidianas, como em questões mais abrangentes, visando à conservação e preservação do meio ambiente;
- Disponibilizar para a população informações relativas às características ambientais da região;
- Discutir conceitos de desenvolvimento sustentável para a pesca e o turismo;
- Sensibilizar a população para as questões ambientais locais, tais como: desmatamento ilegal; queimadas; importância das APPs, retirada de madeira dos fragmentos remanescentes; necessidade de redução ou prevenção da caça de mamíferos e aves; combate à pesca e à caça predatórias; consequências socioambientais da ausência ou deficiência do saneamento básico local, entre outros.
- Priorizar na ação educativa os grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental;
- Buscar sinergia com políticas públicas e instrumentos de gestão implementados na área do empreendimento;
- Estabelecer procedimentos de avaliação permanente e continuada, com base em sistema de monitoramento com metas e indicadores de processos e resultados, sob acompanhamento e avaliação do IBAMA.


O Programa de Educação Ambiental tem como metas:

- Realizar todas as modalidades dos treinamentos e cursos previstos;
- Atender a todo o público alvo previsto.

Os indicadores que nortearão as formas de avaliação / desempenho do programa, em conformidade com o requerido na condicionante Nº 2.4¹ da LI, são:

- Número de convênios e contratos estabelecidos com organizações sociais;
- Número de projetos que conseguiram recursos financeiros para implementação e fonte dos recursos financeiros;
- Número de palestras e oficinas ministradas;
- Número de participantes nas palestras e oficinas;
- Número de participantes nos cursos de capacitação;
- Índice de conclusão nos cursos de capacitação;
- Número de materiais de divulgação produzidos e distribuídos, em relação a cada assunto definido.

¹ A Empresa de Energia São Manoel (EESM), em atendimento a condicionante Nº 2.4 da LI, apresentou ao IBAMA os “indicadores de desempenho revisados”, por meio da correspondência GT-GM-SM-08/14, protocolada em 15/09/2014.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 2
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

3. Metodologia

A metodologia do programa foi detalhada no âmbito do Plano de Trabalho, submetido ao IBAMA no 1º Relatório do PEA, enviado em 13/02/2015 e aprovado por este órgão no dia 18 de maio de 2015, através do ofício 02001.005172/2015-80 CGENE/IBAMA. Para efeito de contextualização metodológica, são apresentadas a seguir, as linhas de ação e áreas de abrangência do programa.

3.1 Linhas de Ação do Programa de Educação Ambiental (PEA)

No Programa serão desenvolvidas ações voltadas às quatro Linhas de Ação, conforme sugeridas pelo órgão ambiental através da nota técnica Nº 119/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. As Linhas de Ação referem-se à seguinte abordagem:

- **Linha A** – Fortalecimento da participação e controle social com vistas à redução de conflitos.
- **Linha B** – Interface do Programa de Educação Ambiental com os demais programas do PBA e outros programas desenvolvidos pela iniciativa privada, ONGs e pelo poder público.
- **Linha C** - Percepção, gestão e convivência com as alterações ambientais introduzidas pela formação do reservatório e pelo novo ordenamento territorial do entorno.
- **Linha D** – Linha de ação a ser apresentada pelo empreendedor, como resultado do Diagnóstico Socioambiental Participativo.


3.2 Área de Abrangência das Atividades do PEA

- Municípios de Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga (parte sul).

4. Resultados e Discussões

Com o objetivo de promover o protagonismo dos diferentes grupos sociais da área de influência do empreendimento, o PEA considerou, em sua metodologia, a execução do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), cujos objetivos são identificar e caracterizar problemas ambientais, conflitos e potencialidades socioambientais, assim como engajar o público alvo prioritário das ações educativas por meio do diálogo com interlocutores direta ou indiretamente impactados pelas obras do empreendimento.

As atividades de Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) tiveram como base metodológica encontros participativos nos quais foram coletadas e analisadas informações, percepções e temas gerados para subsidiar o processo de criação de projetos de educação ambiental a partir da identificação de pontos positivos e negativos em relação ao meio ambiente, à comunidade e ao município.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 3
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

A partir da participação da população definida como público-alvo pelo programa, pretendeu-se que as atividades de DSP contribuíssem para um processo de mobilização social, promovendo a participação da população no processo de identificação de oportunidades de projetos de educação ambiental, assim como, envolver essa população nas etapas futuras do PEA, desta forma fortalecendo o Programa.

A seguir, serão apresentados os resultados das ações de preparação do DSP, assim como os resultados obtidos na Primeira Campanha do DSP, ocorrida entre os dias 26 de maio e 03 de junho de 2015. Como será evidenciado ao longo deste relatório, a finalização do processo de DSP está prevista para o mês de agosto de 2015, quando serão abordados em oficinas participativas professores das redes de ensino estadual e municipal e parte dos moradores da porção sul de Jacareacanga compreendida como Gleba São Benedito.

4.1 Resultados Preliminares do DSP – 1ª Campanha

4.1.1 Estabelecimento de Parcerias

A) Identificação de participantes potenciais


Associado aos objetivos da preparação do DSP estava o objetivo de realizar o estabelecimento de parcerias previsto como atividade do PEA.

Previamente à saída de campo para execução do DSP, realizou-se o levantamento de potenciais participantes das atividades de DSP utilizando o cadastro socioeconômico do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento entre outros dados fornecidos pela EESM. A investigação sobre as administrações municipais foi feita a partir de pesquisa em sítios eletrônicos oficiais dos municípios.

Para a realização desta etapa, ocorrida entre os dias 13 e 17 de abril de 2015, foram realizados 4 encontros com representantes da gestão municipal de Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga (parte sul, Gleba São Benedito), além de observações locais a respeito das dinâmicas sociais e visitas de apresentação a alguns representantes da sociedade civil organizada - ONGs e associações.

Nos encontros desta etapa, com um roteiro previamente estruturado, buscou-se atualizar questões sociais descritas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) a fim de reconhecer a dinâmica social local, captar percepções sobre conflitos ambientais e não ambientais, assim como compreender o que já havia sido feito em termos de Educação Ambiental até aquele momento na região. Essas percepções e avaliações foram questionadas aos atuais gestores públicos.

Foram verificadas as possibilidades de parcerias, a partir das demandas de cada atividade prevista no PEA. Neste momento foram solicitadas listas de contatos do público-alvo e verificado com os representantes públicos e civis quais seriam as melhores datas, horários e locais para realização das atividades do DSP.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 4
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Com o intuito de pré-estabelecer contato com os diferentes públicos nesta etapa, também foram realizadas visitas pessoais a representantes da Colônia de Pesca Z-16 de Alta Floresta, da cooperativa de garimpeiros de Alta Floresta e da Associação de Pesca Esportiva de Paranaíta.

Para o reconhecimento da realidade local, focado na preparação do material didático e de apresentação do DSP, foram revistos dados secundários dos três municípios foco deste estudo através das seguintes fontes: IBGE, EIA-RIMA, mapas locais e artigos em periódicos municipais, estaduais e/ou federais.

4.1.2 Metodologia do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) – Primeira Campanha

Entre os dias 26 de maio e 03 de junho de 2015 foram realizadas atividades participativas direcionadas a cada um dos públicos-alvo além de visitas em locais ambientalmente representativos como os lixões, estabelecimentos de criações de animais, praças públicas e escolas públicas. O cronograma das atividades realizadas nessa etapa de campo está apresentado no **Anexo 1.1)**

Etapa 1: Preparação do DSP

A) Selecionar as ferramentas de diagnóstico e avaliar as necessidades de informação

Para essa etapa foram definidos os recursos materiais e os materiais didáticos e informativos.

B) Produzir material para realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo


Os seguintes materiais didáticos e de apoio às oficinas foram preparados:

- Apresentação em PowerPoint dos objetivos do DSP e informações sobre o empreendimento;
- Disponibilização de mapas de localização do empreendimento e do reservatório;
- Listas de presença;
- Roteiro de entrevistas semiestruturadas e reuniões
- Roteiro de oficinas;
- Questionário Profissionais Redes de Ensino.

Cópia destes materiais foram incluídos para consulta nos **Anexos 1.2 a 1.7**.

C) Desenhar o processo do diagnóstico

A partir do conceito de DSP e as diversas técnicas e métodos existentes, foram detalhadas as atividades a serem desenvolvidas, programação e localização dos eventos. No momento de preparação das atividades de DSP, a equipe levou em consideração as particularidades de cada público-alvo como: possível dificuldade de deslocamento, de compreensão de linguagem, resistência de participação e conflitos internos a cada grupo. Verificou-se, assim, quais ferramentas seriam mais adequadas aos diferentes tipos de participantes.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 5
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

D) Definição do Programa do DSP

Nesta etapa iniciou-se o processo de agendamento das atividades do DSP. Através de contato telefônico entre os dias 04 e 22 de maio, foram pré-agendadas reuniões e oficinas com o poder público e lideranças das organizações sociais dos municípios de Alta Floresta, Jacareacanga e Paranaíta.

Etapa 2: Trabalho de Campo –Realização do DSP

Entre os dias 26 de maio e 03 de junho de 2015 foram realizadas atividades participativas direcionadas a cada um dos públicos-alvo:


- Proprietários de terras, pousadas e balsa de travessia;
- Proprietários de balsa de garimpo e garimpeiros;
- Pescadores;
- População que mora e/ou exerce algum tipo de atividade na AID/ADA, incluindo a Gleba São Benedito em sua parte afetada.

Como resultado das entrevistas com os gestores municipais e por necessidade de atendimento a uma das especificações do PEA em relação ao público-alvo de curso de capacitação que serão professores das redes de ensino municipal e estadual, entendeu-se que, de forma implícita, os profissionais das redes públicas de ensino também compõem o grupo de público-alvo do DSP. Embora não estejam listados de forma explícita, o Programa propõe atividades diretamente relacionadas a este público e, desta forma, ficou estabelecido que também seriam alvo das atividades de DSP. Além disso, com o intuito de garantir uma visão ampla das questões ambientais, assim como para garantir que processos de Educação Ambiental já em andamento nos locais estudados não fossem desperdiçados, em ambos os municípios também foram compreendidos como público alvo do DSP representantes das administrações municipais.

As atividades, nesta fase, consistiram em encontros colaborativos nos quais foram coletados e analisados dados primários indicativos de percepções e conflitos socioambientais, assim como possíveis temas ambientais a serem tratados na etapa de elaboração dos Projetos de Educação Ambiental.

Como estratégia para o desenvolvimento das atividades, foram privilegiados locais conhecidos do público, em ambiente preferencialmente familiar e de fácil acesso, assim como a adoção de temas norteadores para a condução da entrevista, como os conceitos de meio ambiente, educação ambiental e temas mais ligados à rotina local como fornecimento de água, coleta de lixo, lazer, uso do solo e saúde.

Compreendendo as diferenças e características específicas de cada público alvo, com o intuito de explorar de forma aprofundada essas especificidades, para cada grupo foi proposto um dos seguintes instrumentos de participação:

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 6
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Oficinas participativas:

Para os encontros com mais de 10 participantes foi adotado o método “F.O.F.A” – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Inicialmente, através de um roteiro estruturado de atividade, os participantes eram estimulados a realizar uma descrição da rotina e do uso dos espaços locais e, em seguida, a apontar o que aquele grupo entende como força, oportunidades, fraquezas e ameaças que permeiam suas rotinas e modo de vida. Este método permite um olhar amplo para a realidade local já que busca analisar aspectos internos àquele grupo – forças e fraquezas – e aspectos externos – oportunidades e ameaças.

Entrevistas semiestruturadas:

Para o desenvolvimento de entrevistas individuais, foram aplicados roteiros semiestruturados, com perguntas previamente elaboradas, com o mesmo intuito das oficinas. Estas entrevistas assemelham-se a diálogos, ocorrendo como conversas focadas em assuntos pré-determinados, com a possibilidade de ajustar a entrevista aos indivíduos ou à circunstância de acordo com a necessidade.

Reuniões:

As reuniões foram aplicadas nos casos de encontros com mais de 1 e menos de 10 participantes, em situação de resistência às atividades participativas. Neste caso, as perguntas do roteiro semiestruturado serviram de orientação.


Tabela 4.1.2.a

Instrumentos propostos por público alvo

Público Alvo	Instrumento
Proprietários de terras	Entrevistas semiestruturadas
Proprietários de pousadas	Entrevistas semiestruturadas
Proprietários de balsa de travessia	Entrevistas semiestruturadas
Proprietários de balsa de garimpo	Entrevistas semiestruturadas
Garimpeiros	Entrevistas semiestruturadas
Pescadores	Oficinas participativas
População que mora e/ou exerce algum tipo de atividade na Gleba São Benedito em sua parte afetada, incluindo crianças e adolescentes de escolas rurais da região	Oficinas participativas
Representantes das administrações municipais: representantes do trade turístico da região, coordenadores pedagógicos e professores das redes de ensino municipal e estadual.	Entrevistas semiestruturadas

Para as oficinas participativas, a proposta metodológica previa que esses instrumentos fossem desenvolvidos com duração mínima de quatro horas divididos em 2 etapas:

- Primeira etapa (2-3 horas): apresentação do empreendimento, do programa e da equipe; apresentação dos participantes; apresentação de macro temas ambientais que servissem

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 7
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

de norte para as discussões; elaboração de matriz “F.O.F.A” e sistematização das informações coletadas.

- Segunda etapa (1-2 horas): debate sobre as informações coletadas e *brainstorm* de soluções.

A flexibilidade no uso das ferramentas foi de extrema importância para o bom andamento do trabalho, considerando o cenário de resistência que se apresentou quando da realização da atividade de campo. Desde o início da preparação das atividades do DSP a equipe da JGP foi advertida pelos gestores públicos e principais lideranças civis sobre a resistência que enfrentaria para a colaboração e participação da população nas atividades do Programa. Por conta das interações com outros empreendimentos do setor elétrico, a população acumulou frustrações e desinteresses por atividades participativas.


Vislumbrando este cenário, a equipe esteve permanentemente preparada para a flexibilização do cronograma de atividades assim como do andamento das mesmas. A tabela abaixo apresenta as atividades realizadas em campo:

Tabela 4.1.2.b

Atividades implementadas por público alvo

Público-Alvo	Instrumento
Proprietários de terras	Entrevistas semiestruturadas e Reuniões
Proprietários de pousadas	Entrevistas semiestruturadas
Proprietários de balsa de travessia	Entrevistas semiestruturadas
Proprietários de balsa de garimpo	Entrevistas semiestruturadas
Garimpeiros	Entrevistas semiestruturadas
Pescadores	Oficinas Participativas
População que mora e/ou exerce algum tipo de atividade na Gleba São Benedito em sua parte afetada	Entrevistas semiestruturadas
Crianças e adolescentes de escola rural da Gleba São Benedito.	Oficina participativa
Representantes das administrações municipais: representantes do trade turístico da região, coordenadores pedagógicos e professores das redes de ensino municipal e estadual.	Entrevistas semiestruturadas

O processo participativo, na etapa de execução, dialogou ao todo com 38 pessoas dos três municípios, além das 20 crianças de Jacareacanga. Foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas, 5 reuniões e duas oficinas participativas – uma com crianças da escola rural Getúlio Vargas B, de Jacareacanga, e outra com pescadores profissionais da Colônia Z16 de Paranaíta e Alta Floresta.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 8
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

4.1.2.1 Resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) – Primeira Campanha

De acordo com a metodologia proposta pelo plano de trabalho, detalhado anteriormente na **Seção 4.1.2**, o DSP se desenvolveu a partir de atividades focadas em grupos selecionados da população de cada município. Para melhor análise do conteúdo coletado, os resultados serão apresentados por público alvo. O Registro Fotográfico das atividades executadas na 1ª Campanha do DSP é apresentado no **Anexo 2**.

A) Proprietários de Terras

- Informações gerais


Na etapa de execução do DSP, foram realizadas 7 entrevistas semiestruturadas e 1 reunião com 11 proprietários de terras nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta. Ao longo das atividades de preparação do DSP notou-se que, em sua maioria, os proprietários dos estabelecimentos agropecuários residem nas áreas urbanas dos municípios de Paranaíta e Alta Floresta e que demonstravam interesse em participar de forma individual, com a intenção de tornar a atividade mais objetiva e com menor duração.

Pelas respostas apresentadas, pode-se inferir que há uma percepção negativa a respeito do empreendimento. Segundo os proprietários entrevistados, não há muita divulgação em relação aos impactos do empreendimento sobre as propriedades, ou seja, a quantidade de terra que será afetada. Parte dos entrevistados informou que ainda não foram procurados pelo empreendedor para maiores esclarecimentos referentes a indenizações.

A atividade pecuária prevalece entre o uso dos estabelecimentos. Entretanto, foram relatadas outras atividades como garimpo e manejo florestal. De acordo com os interlocutores, a principal vantagem da atividade pecuária na região é o clima favorável ao trabalho com pastagem como, por exemplo, alta luminosidade e pluviosidade.

No que diz respeito às desvantagens do exercício pecuário na região, ficou esclarecida a dificuldade que enfrentam para vender o gado, indicando um monopólio na área frigorífica que dificulta a negociação de preços; a falta de manutenção das estradas que dão acesso às fazendas, em bom estado de conservação apenas nos trechos que levam às usinas hidrelétricas; e a dificuldade para cumprir o correto descarte das embalagens de agrotóxico para o pasto. Os entrevistados relataram que as lojas onde são comprados estes produtos não se responsabilizam por receber as embalagens vazias para o correto armazenamento e descarte. Sendo assim, alguns proprietários se desvencilham irregularmente das embalagens no lixão municipal e outros as armazenam irregularmente em sua propriedade, fato que tem acarretado multas a esses pecuaristas.

Em sua maioria, as propriedades possuem poucos moradores, no geral pessoas que trabalham com gado e pastagem. No entanto, a Fazenda Fortuna, que foi arrendada por seu proprietário, possui aproximadamente 40 pessoas morando em seus limites. Estes moradores da área rural têm acesso a serviços de saúde apenas no município de Paranaíta. No entanto, não foram citados

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 9
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

problemas relacionados à saúde na região durante as entrevistas e reuniões. Foram citadas apenas ocorrências esporádicas de acidentes com animais peçonhentos (escorpiões e serpentes). Os proprietários de terra da região da UHE São Manoel não se agrupam em nenhuma associação. Segundo os entrevistados, foi criada uma associação na região para auxiliar nos processos de regularização das terras, entretanto, essa associação não exerce mais nenhuma atividade. Muitos entrevistados citaram que há grande individualidade entre os proprietários, faltando colaboração coletiva e cooperativismo.

- Sobre as questões ambientais

Em relação ao meio ambiente foram destacadas questões sobre resíduos sólidos - necessidade de coleta seletiva de lixo nas propriedades rurais, condições do lixão a céu aberto de Paranaíta e do aterro sanitário de Alta Floresta, desmatamento de áreas de mananciais e diminuição de peixes no rio Teles Pires em função do início das atividades de outro empreendimento hidrelétrico.


As propriedades dos entrevistados são abastecidas por água de poço artesiano ou água de alguma nascente, e o esgoto é encaminhado a uma fossa séptica. O lixo gerado nas fazendas é encaminhado ao lixão do município, enterrado ou queimado na propriedade. A energia utilizada nas fazendas é obtida por meio de gerador a óleo diesel, entretanto, muitos proprietários não demonstraram ter conhecimento sobre o correto armazenamento desse óleo.

Alguns proprietários de terras citaram como um problema ambiental a atividade de queimadas para formação de pastagem, embora tenham observado que nos dias atuais esse tipo de atividade não ocorre com frequência. Outro problema ambiental muito citado por este público foi a alta mortalidade de peixes nos últimos meses, gerada, segundo os entrevistados, pelas atividades de enchimento do reservatório da usina vizinha à UHE São Manoel. Essa alta mortalidade de peixes no rio Teles Pires tem preocupado as pessoas da região, já que muitas matrizes (peixes adultos maiores) vem sendo encontradas mortas.

Um problema enfrentado pelos proprietários de terras na região de Alta Floresta e Paranaíta é uma praga em áreas de pastagem conhecida como Morte Súbita. A explicação mais aceita é que a morte súbita da braquiária é gerada pelo encharcamento do solo, que reduz a oxigenação nas raízes do capim. Debilitada pela alteração da terra, ele fica suscetível à infestação de fungos, que se desenvolvem melhor no ambiente úmido e matam a planta. Calcário, cloreto de potássio, ureia e adubo são parte dos ingredientes usados para preparar a terra para outras variedades de forragem, mais resistentes e adaptadas ao solo amazônico, como o mombaça.

- Sugestões de temas para o Programa de Educação Ambiental

Considerando as atividades desenvolvidas com os proprietários de terras no levantamento de campo do DSP, surgiram como principais temas a serem trabalhados com a população o armazenamento e destinação de resíduos sólidos, atividades de extrativismo florestal, desmatamento e legislação ambiental nas propriedades rurais.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 10
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

B) Proprietários de Pousadas

- Informações gerais

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, atualmente, o turismo associado à pesca esportiva e ao ecoturismo é desenvolvido por quatro pousadas instaladas em território correspondente à Área Diretamente Afetada (ADA): Pousada Thaimaçu, Pousada Portal da Amazônia e Pousada Mantega. O EIA menciona ainda a existência da Pousada Santa Rosa na Área de Influência Direta (AID). O trabalho de campo para o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) permitiu compreender a existência de uma segunda pousada inserida na AID inscrita no EIA como propriedade agropecuária: Pousada Jerusalém.

Este estudo dialogou com três destas cinco pousadas através de entrevistas semiestruturadas individuais com seus representantes. Os proprietários de cada pousada demonstraram desinteresse em participar de oficinas participativas e sugeriram encontros individuais com a intenção de tornar a atividade mais objetiva e com menor duração.


O juízo dos interlocutores a respeito do empreendimento UHE São Manoel é negativo. Os entrevistados demonstraram sentir-se desprovidos de informações a respeito dos impactos diretos nas áreas de suas pousadas e demonstraram desconfiança quanto à efetividade das compensações e ações de mitigação.

Esta percepção está diretamente ligada aos impactos negativos das obras da usina hidrelétrica vizinha ao empreendimento ocorridas no período de 2011 a 2015. A princípio houve uma concepção de que a construção de grandes empreendimentos na região seria uma alavanca ao desenvolvimento, segundo eles. Todavia, os impactos foram percebidos de forma negativa, seja em suas rotinas profissionais, seja como moradores das cidades impactadas pelo empreendimento.

As pousadas em foco atendem um público com interesse específico na pesca esportiva. De acordo com os interlocutores, não se trata de ecoturismo e sim de turismo pesqueiro fundamentado no sistema “pesca e solta”, o qual não permite o abate dos peixes.

“Desde março de 2009, a modalidade de pesca esportiva, ou “pesque e solte”, tem definição própria, embora esteja incluída nas mesmas regras gerais do licenciamento para a pesca amadora. Segundo o texto de uma nova portaria, emitida em março de 2009, é considerada pesca esportiva a “modalidade da pesca amadora em que é obrigatória a prática do pesque e solte, sendo vedado o direito à cota de transporte de pescados, prevista na legislação” (ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA. Usina Hidrelétrica São Manoel. Concremat/Leme. Volume IV, Pag. 368).

O público usuário destas pousadas é de classe alta e o custo dos serviços prestados por elas são altos. A pousada dedica-se ao turista desde sua chegada ao aeroporto até o retorno ao mesmo.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 11
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Uma destas pousadas conta, inclusive, com uma pista de pouso de 1.800 metros para aviões de pequeno porte.

A pesca esportiva, desta forma, está vinculada aos serviços de transporte aéreo, rodoviário e aquaviário, assim como com os serviços de alimentação, acomodação e guia de barco, tornando o setor de pousadas de pesca esportiva, de acordo com o EIA, responsável por 21% da mão de obra ocupada na ADA.

As três pousadas possuem energia elétrica gerada a partir de motores a diesel, são abastecidas por água de poço artesianos e o esgoto escoado para fossas sépticas. O lixo gerado pelas pousadas Portal da Amazônia e Jerusalém são descartados no lixão de Paranaíta e o lixo gerado pela pousada Mantega é descartado no aterro sanitário de Alta Floresta. Apenas esta última realiza a separação do lixo orgânico do reciclável.

Os funcionários das pousadas são nativos da região, sendo assim, possuem extremo conhecimento sobre o rio, seu curso, altas e baixas; sobre os peixes, medidas, espécies e principais características; e, dessa forma, agem naturalmente como educadores ambientais.

A rotina das pousadas é semelhante entre si. Os turistas acordam cedo e após a alimentação matinal partem para a pescaria acompanhados do guia (ou piloto). Os peixes capturados não podem ser abatidos, porém em alguns casos há a permissão de levar a pesca para o consumo na pousada. Todo lixo produzido durante a pescaria é mantido no barco e levado de volta para a pousada para o descarte correto, e o guia fica responsável por esta logística e devida fiscalização.

- Sobre as questões ambientais


Há uma percepção de que a qualidade da água piorou desde o início das obras da outra usina hidrelétrica. Além disso, o número de peixes do rio diminuiu e isso já afeta diretamente a atividade das pousadas.

Os entrevistados mencionaram os lixões a céu aberto como principal problema ambiental da região.

É uníssona a percepção de que a aplicação da legislação ambiental não apresenta o mesmo rigor de acordo com a conveniência do Estado. Os interlocutores afirmaram ter percorrido todos os caminhos legais para o licenciamento de seus estabelecimentos, encontrando muitas dificuldades. Por essa razão, lhes parece injusta a proporção de desmate realizada pelas obras em curso na região. Eles indicam esse desmate como grave problema ambiental, como incorreta a supressão vegetal realizada pela obra da usina, o que ocasionou a alteração da qualidade da água e a alta mortalidade de peixes.

- Sugestão de temas para o Programa de Educação Ambiental

Os entrevistados são unânimes na opinião de que não há necessidade de treinamentos ambientais ao público envolvido com as pousadas, já que estas adequaram-se à tônica

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 12
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

ambientalista que se introduziu na região, com o mote da preservação da Amazônia, por acreditarem que o meio ambiente e sua preservação compõem o serviço prestado para seus clientes.

C) Proprietários de Balsa de Travessia

- Informações gerais

O rio Teles Pires é utilizado apenas para pequenos deslocamentos realizados por pescadores, residentes dos estabelecimentos agropecuários e hóspedes e funcionários das pousadas, uma vez que, de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, não apresenta condições para escoamento da produção. Não existem rotas comerciais ou empresas de transporte fluvial, com exceção da Balsa do Cajueiro, que faz a travessia do rio, a leste da ADA, localizada a montante da AID.


A empresa é oficialmente chamada Balsa do Porto Aldeia, mas é localmente conhecida como Balsa do Cajueiro por estar instalada em uma região com nome análogo onde antes havia muitos cajueiros. A administradora da travessia possui outras três balsas na região: uma que liga os municípios de Carlinda e Novo Mundo e outra que liga o município de Novo Mundo ao de Matupá.

Trata-se de uma empresa familiar cujo principal responsável é herdeiro do fundador e mora na cidade de Sinop. Raramente está presente na Balsa e conta com o apoio de um encarregado pelos 3 pontos de travessia e um gerente geral para cada porto. A entrevista para o DSP foi realizada com o gerente geral da Balsa do Cajueiro, funcionário da administradora há 20 anos.

A Balsa possui dois turnos de trabalho empregando 10 funcionários: um fiscal, uma cozinheira, um gerente e sete operários. Além disso, o público atraído pela balsa mantém ativa uma lanchonete administrada por uma família vizinha ao porto.

O movimento diário da balsa se intensificou após o início das obras da UHE São Manoel e, atualmente, é de cerca de 170 a 180 veículos, entre carros, caminhões, motos e ônibus. A intensificação do movimento fez com que o horário de funcionamento da balsa se alterasse de 06h00 até às 22h00 para 05h00 até às 22h00. Os funcionários foram compensados com uma pausa no período do almoço das 12h00 às 13h00.

O aumento do movimento contribuiu muito para a percepção positiva dos funcionários e vizinhos a respeito do empreendimento UHE São Manoel, segundo informações do gerente geral da Balsa do Cajueiro. Informou, também que, apesar de destacarem este ponto positivo, demonstraram insatisfação em relação à implantação de grandes empreendimentos no rio Teles Pires. Sem mencionar qual seria o responsável pelos impactos negativos afirmou, de forma genérica, que “as obras no rio” causam a redução da quantidade de peixes e da qualidade da água. Além disso, há o entendimento de que as praias temporárias de lazer deixarão de existir por conta do nivelamento uniforme do rio.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 13
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

A relação dos funcionários da balsa com o rio sempre foi de subsistência e lazer. Além do emprego viabilizado pelo rio, os funcionários o utilizam para o lazer, pesca e uso consuntivo da água. Atualmente a relação com o rio foi impactada pelas diferenças apresentadas na água. Foi construído um poço artesiano na sede do porto (casa do gerente) para consumo dos funcionários e já não se realiza mais a pesca de subsistência.

O gerente afirma que há algum tempo houve uma convenção entre os funcionários para o cuidado com o rio como, por exemplo, não jogar lixo no rio, recolher o lixo que encontram nas margens e colocar lixeiras na balsa para controlar o descarte incorreto de lixo por parte dos clientes da balsa. A manutenção do barco também conta com ações que previnem impactos ambientais a fim de evitar que qualquer resíduo de óleo caia no rio.

O combustível da balsa vem de Sinop e fica armazenado em um grande tambor de contenção. O encarregado admite que a estrutura de armazenamento do combustível não está correta e que precisa ser mudada. As adequações, que incluem um sistema de escoamento para casos de vazamento, serão feitas após uma definição do nível do rio que tem se alterado constantemente por conta da barragem da UHE Teles Pires.

A principal dificuldade para o exercício da atividade de travessia ocorre em época de chuva. Além das condições alteradas do rio, o piso da balsa fica mais escorregadio, tornando ainda maior a responsabilidade pela segurança na travessia.

As casas dos funcionários possuem fossas sépticas e são abastecidas por energia elétrica. Há criação de animais como porcos, galinhas e cachorros e não há plantação de subsistência.


- Sobre as questões ambientais

Para o entrevistado o principal problema ambiental atualmente é a afetação da qualidade da água do rio Teles Pires desde o início da construção da barragem da UHE CHTP e UHE São Manoel, que acarretam diminuição na quantidade de peixes para pesca e consumo, assim como restrição do uso consuntivo da água.

Por estar em um local estratégico, o entrevistado acompanhou a ocorrência de alguns conflitos ambientais. Houve, em abril de 2015, uma paralização na entrada da balsa, promovida por proprietários de fazendas da Gleba São Benedito (Jacareacanga/PA), barrando os veículos a caminho do canteiro de obras da UHE São Manoel. Os manifestantes permitiam a passagem de quem não trabalhava para o empreendimento e reivindicavam o fornecimento de energia elétrica para as propriedades da margem direita do rio Teles Pires.

Há algum tempo outra movimentação apontou conflitos ambientais na área. Tratava-se de uma intensa ação de fiscalização da atividade de manejo florestal.

Outro problema indicado como grave problema ambiental foi o lixo nos rios.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 14
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

- Sugestão de temas para o Programa de Educação Ambiental

De acordo com o entrevistado devem ser desenvolvidas ações educativas para o correto descarte do lixo. Segundo o entrevistado, a travessia do rio poderia ser aproveitada para desenvolvimento de atividades relacionadas à educação ambiental.

Também foi mencionada a necessidade de tratar o tema de armazenamento de combustíveis e óleo, assim como técnicas de manutenção de embarcações que evitem poluição do rio.

A balsa, por movimentar cerca de 180 veículos, diariamente, torna-se um excelente local para realização de campanhas educativas.

D) Garimpeiros e donos de balsa de garimpo

- Informações gerais


A realização do DSP com este segmento resultou no diálogo com 4 garimpeiros, dentre eles o presidente da Associação Cooperativa dos Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta – Cooperalfa. Os outros três garimpeiros possuíam fazendas na área rural de Paranaíta com criação de gado e agricultura de subsistência.

O contato com este público foi dificultado pelo presidente da Cooperalfa porque, segundo ele, a Cooperativa está movendo uma ação contra a empresa. Por este motivo não teve interesse em contribuir, quer seja fornecendo o contato com os garimpeiros, quer seja intermediando esse contato. O presidente não permitiu registrar de forma oficial a entrevista. Segundo o entrevistado essa tensão ocorre devido à reivindicação da Cooperalfa por compensações pelos impactos causados pela construção da barragem ao setor garimpeiro.

Apesar da resistência, a entrevista com o representante da cooperativa foi muito produtiva assim como o foram as demais entrevistas, fornecendo insumos suficientes para o bom desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental. A seguir serão descritas as percepções destes profissionais com relação ao meio ambiente de trabalho, ao meio ambiente natural e à dinâmica social local.

De acordo com os interlocutores, o garimpo é rentável na região há mais de 30 anos e é esta rentabilidade o principal atrativo econômico da região. Eles acreditam que cerca de 30% da população de Paranaíta e Alta Floresta vivem do garimpo. A percepção dos garimpeiros é coincidente com os dados fornecidos pelo Estudo de Impacto Ambiental no que tange a Área de Influência Direta (AID), onde a atividade de garimpo fluvial de ouro é destacada como aquela socialmente mais representativa do ponto de vista da geração de oportunidades de trabalho, contemplando 29% dos postos de trabalho da AID.

De acordo com os interlocutores a atividade atrai pessoas com baixa escolaridade e com poucas chances no mercado de trabalho, por causa da falta de exigência de qualificação profissional. Os

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

entrevistados afirmaram que 90% dos “peões”, categoria mais baixa dos garimpeiros, são analfabetos.

As entrevistas apontaram que a exploração do ouro foi a atividade econômica que alavancou a pecuária. Segundo os interlocutores, ao menos 50% dos fazendeiros bem-sucedidos da região enriqueceram através do garimpo e souberam administrar o dinheiro ganho, como é o caso do proprietário da Fazenda Vale de Ouro, cujas principais fontes de renda são a pecuária e o garimpo.

A categoria conta com dois coletivos para defesa e coordenação dos interesses econômicos de seus profissionais: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Mato Grosso (Stiemt) e, mais especificamente, a Cooperalfa, situada no município de Alta Floresta.

A Cooperativa soma 1.009 cooperados, todavia as negociações e participações mais ativas ocorrem de forma direta com cerca de 500 profissionais e a adesão de novos cooperados é definida apenas em assembleias gerais. Na cooperativa estão inscritas 50 balsas de garimpo, instaladas, em sua maioria, no Rio Teles Pires.

Os principais desafios do setor são o ceticismo cultural que ocorre entre os garimpeiros, e a baixa escolaridade dos profissionais, esta última se destacando por denotar a baixa instrução e treinamento para o mergulho. A falta de estudo acarreta, também, a dificuldade com o gerenciamento financeiro, levando-os a uma falsa percepção de falta de dinheiro.


O trabalhador que aderir à Cooperativa e, por estatuto da mesma, adquirir o status de cooperado, não é caracterizado como empregado, conforme CLT, art. 442 (Parágrafo único - Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela). Os acordos de prestação de serviços entre garimpeiros e proprietários de terras ou tomadores de serviços de qualquer natureza ocorrem através de porcentagem.

A maioria dos trabalhadores exerce sua função por conta própria o que dificulta o controle de qualidade no meio ambiente de trabalho e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que no caso do garimpo seriam botas, capacete e luvas. Raramente um garimpeiro utiliza estes equipamentos, porém, de acordo com entrevistados, o índice de acidentes não é relevante. Dentre os equipamentos de trabalho fica proibido o uso de armas de fogo.

Escorpiões e cobras são animais peçonhentos que frequentemente picam alguns “peões”, mas os entrevistados não pareceram acreditar ser um grande problema. Não há no garimpo índices relevantes de dengue ou malária e os entrevistados afirmaram que estas são “doenças da cidade” que não afetam o garimpo.

- Sobre as questões ambientais

O mercúrio não é mais utilizado para amalgamar o ouro, não representando mais um problema ambiental.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 16
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

O óleo preto, desgastado pelas máquinas das balsas e motores geradores de energia, é entregue à cooperativa de onde é retirado para o devido descarte em Cuiabá.

Os garimpeiros afirmam que o garimpo fluvial contribui para a alimentação dos peixes, pois, ao movimentar o cascalho no fundo dos rios, libera restos de alimentos sedimentados.

Para eles o principal problema ambiental é que a qualidade da água mudou muito após a construção da hidrelétrica.

Em termos de qualidade no ambiente de trabalho, não há controle sobre a qualidade da água consumida pelos “peões”, que bebem qualquer tipo de água, não se importando com a potabilidade desta, mesmo quando há oferta de água mineral.

- Sugestão de temas para o Programa de Educação Ambiental

Os entrevistados afirmaram não ter interesse em participar de ações de educação ambiental e, por essa razão, não sugeriram temas para os projetos.

E) Pescadores


- Informações gerais

As atividades realizadas com o público-alvo dos pescadores incluíram uma oficina com os pescadores profissionais e entrevistas semiestruturadas com os pescadores esportivos. Por meio das entrevistas semiestruturadas foi possível contatar 3 pessoas, enquanto a oficina com os pescadores profissionais contou com a presença de 8 pescadores, além da presidente da Colônia Z-16 – Regional de Alta Floresta. Além dos pescadores profissionais e esportivos, foram incluídas percepções obtidas nas atividades realizadas com as pousadas, já que este público-alvo recebe anualmente muitos turistas em busca de pesca.

E.1) Pescadores profissionais

Conforme o Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel, a pesca comercial foi classificada em dois tipos de profissionais, pescadores de subsistência ribeirinhos e pescadores profissionais. Desta forma, conforme o Plano de Trabalho do Programa de Educação Ambiental, foram considerados como público-alvo no presente estudo (DSP) os Pescadores Profissionais.

“A pesca comercial na AID foi historicamente praticada por dois tipos distintos de pescadores, que utilizam diferentes estratégias e variedade de métodos de captura: (i) os pescadores de subsistência ou ribeirinhos, ausentes do recorte AID/ADA; (ii) os pescadores profissionais, radicados nos centros urbanos de Paranaíta, Alta Floresta, Carlinda e Nova Bandeirante, que utilizam barcos a motor para cobrir maiores distâncias e trabalham em equipe, em geral acompanhados de membros da família ou amigos.” (EIA, pág. 372, vol. 4)

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 17
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Previamente, entrou-se em contato com a Colônia Z-16 de pescadores profissionais, onde foi informado sobre a dificuldade em reunir os pescadores da região. Também foi informado que, a única atividade onde isso é possível, é a reunião dos associados da colônia que é realizada mensalmente no município de Alta Floresta. Nessa ocasião, foi solicitada, então, autorização para aproveitar o espaço da reunião da colônia para executar a oficina do DSP com os pescadores profissionais. A oficina foi realizada em uma sala na universidade UNEMAT.

A matriz F.O.F.A. é um instrumento de análise de negócio simples e valioso. Sua finalidade é detectar pontos fortes e fracos de uma empresa, com o objetivo de torná-la mais eficiente e competitiva, corrigindo, assim, suas deficiências. O nome é um acrônimo para Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.


Na oficina realizada com os pescadores profissionais, alguns informaram residir em Alta Floresta, outros em Carlinda e apenas um pescador presente residia em Paranaíta. Entretanto, segundo informações da Colônia Z-16, são afiliados à colônia 27 pescadores de Alta Floresta e 5 pescadores de Paranaíta. Dentre os rios utilizados pelos pescadores para executar sua atividade estão o Teles Pires e o Santa Helena.

Para executar sua atividade, os pescadores profissionais utilizam o molinete ou o espinhão, e se deslocam de barco a motor (tipo voadeira) pelo rio. Em virtude de o número de peixes capturados na pesca ter diminuído bastante, os pescadores afirmaram utilizar ceva para atrair os peixes ao ponto de interesse. Em dias de trabalho, os pescadores se deslocam para o rio, levando apenas o necessário para ficar o tempo programado. Quando é preciso estender o período da atividade, acampam na beira do rio, levam mantimentos e acondicionam o peixe em caixa de isopor com gelo. Em sua maioria, os pescados são vendidos em lanchonetes, peixarias, restaurantes ou direto ao consumidor.

Os principais pontos levantados pelos pescadores, neste estudo, foi o descaso das empresas responsáveis pelos empreendimentos de aproveitamento hidrelétrico da região para com as atividades de sustento deles. Segundo os entrevistados, suas atividades têm sido fortemente prejudicadas pela instalação e operação das usinas hidrelétricas, cujos representantes alegam que estes pescadores, por não serem ribeirinhos, não devem receber compensações e que estas não estão previstas nos programas de compensação do empreendimento. Os pescadores, por outro lado, alegam sobreviver desta atividade de pesca e, por residirem no município, seriam identificados como população afetada e, conseqüentemente, com direito a receber melhores condições de vida (escolaridade, saúde) para sua família.

- Sobre as questões ambientais

Segundo os depoimentos dos pescadores, com a instalação da usina mais próxima ao município de Paranaíta, tem sido insustentável pescar no rio Teles Pires, já que a quantidade de peixe vem diminuindo consideravelmente após a instalação de empreendimentos hidrelétricos no rio. Eles informaram ter ocorrido uma mortandade muito alta de peixes no rio Teles Pires nos últimos meses (após o enchimento do reservatório da UHE Teles Pires), impossibilitando a sua atividade de subsistência. Este fator colaborou, também, para a diminuição do número de pescadores

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 18
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

profissionais na região, já que muitos tem buscado realizar outras atividades para sobrevivência, como o trabalho na construção civil.

Outro ponto desfavorável à atividade profissional de pesca na região de acordo com os pescadores profissionais é a concorrência com a atividade de pesca turística caracterizada pelo esporte de pesca. O grupo informou que os pescadores esportivos não são fiscalizados e retiram do rio uma quantidade de peixe muito acima do permitido para tal categoria, determinada como amadora pelo Ministério de Pesca. Além disso, eles informaram que os pescadores esportivos muitas vezes jogam “bombas” no rio para conseguir mais peixes. Grande parte do lixo acumulado no rio, como latinhas, sacolas plásticas, entre outros, é gerada pelos pescadores esportivos, que não tem nenhum compromisso de preservação do rio ou dos peixes, segundo os demais pescadores.

Baseados em todas essas experiências obtidas com outros empreendimentos, os entrevistados apresentaram grande resistência ao receberem a proposta de realização de atividade de educação ambiental. Eles informaram que outros empreendimentos realizaram palestras e cursos contraditórios às atividades deles, apenas para cumprir com as condicionantes das licenças de instalação e operação.

Os pescadores observaram que houve uma diminuição da fiscalização por parte dos órgãos ambientais nos últimos anos. Em fase anterior à construção das hidrelétricas, a fiscalização das atividades pesqueiras era mais intensa. No entanto, essa fiscalização se concentrava apenas na pesca profissional, segundo as manifestações desses pescadores, e não havia fiscalização por parte dos órgãos ambientais nas atividades da pesca esportiva.


E.2) Pescadores esportivos

Conforme exposto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a pesca esportiva é uma atividade difundida na cultura regional, de forma que pescadores esportivos de todo o país se deslocam a rios com potencial pesqueiro.

“A Pesca Esportiva é bastante difundida e é realizada tanto a partir de hotéis e pousadas especializadas ..., como por fazendeiros locais que instalam tablados com cevas mecanizadas.” (EIA – pág. 93, vol. 4)

A pesca esportiva no rio Teles Pires é muito praticada por turistas em pousadas localizadas às margens do rio, mas também é praticada por moradores da região. Os pescadores esportivos de Paranaíta se organizaram em uma associação (Associação de Pesca Esportiva de Paranaíta - APEP), onde cada associado paga uma mensalidade a fim de manter uma estrutura à margem do rio Teles Pires, local em que se situa a sede da associação. Essa sede possui um funcionário (caseiro) que é responsável pela manutenção do espaço e por cuidar dos barcos dos associados. Segundo o regimento interno da associação, aprovado em 24/05/2006:

“Cabe aos sócios o cumprimento da lei de pesca e prevenção do rio conforme as leis ambientais em vigor. O descumprimento caberá, por duas vezes, advertência

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 19
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

formal e, na terceira, expulsão do membro da associação sem direito à restituição do valor do Título.”

Previamente a saída para a pesca, os associados devem informar ao caseiro da associação em que dia pretendem realizar a pesca para que ele possa deixar preparado o barco e os equipamentos necessários para a saída. Os associados não pernoitam no rio, geralmente saem pela manhã e voltam para a associação ao final do dia. Segundo os entrevistados, os apetrechos utilizados para a pesca esportiva são apenas o molinete iscado geralmente com tuvira (peixe pequeno).

Quando os associados saem para pescar, levam consigo bebidas e comidas, mas trazem de volta para a sede da associação todo e qualquer lixo gerado. Periodicamente, o lixo juntado na associação é levado para o lixão do município de Paranaíta.

A Associação promove alguns campeonatos de pesca esportiva com os sócios, onde é delimitada uma área de pesca no rio e um tempo específico para execução da atividade. Os pescadores esportivos escolhem o ponto onde querem pescar e avisam os jurados quando pescam algum peixe. A avaliação dos pescados leva em consideração a espécie, o tamanho do peixe, entre outras questões. Acontece um campeonato estadual de pesca esportiva, e uma etapa deste campeonato era realizada no Festival de Pesca Esportiva do Município. No entanto este festival não tem sido realizado nos últimos anos.


- Sobre as questões ambientais

Os entrevistados informaram que há grande preocupação por parte dos pescadores esportivos em preservar o rio. Já foram realizados mutirões dos pescadores esportivos para a retirada de lixo do rio Teles Pires.

Atualmente a pesca esportiva é muito mais controlada, já que os pescadores esportivos têm maior consciência quanto à preservação dos peixes. No entanto, com a chegada das usinas hidrelétricas no rio Teles Pires, o número de peixes tem diminuído drasticamente, fator que tem contribuído para diminuir a frequência da pesca esportiva e do turismo na região.

- Sugestões de temas para o Programa de Educação Ambiental

Relacionando as informações obtidas tanto dos pescadores profissionais quanto dos pescadores esportivos, observa-se haver coincidência quanto à questão do lixo, tanto nos municípios com interferência da UHE São Manoel quanto no rio Teles Pires. Além do tema sobre o lixo identificado nas atividades realizadas, também foi mencionada a necessidade de trabalhar o tema Conservação das Áreas de Preservação Permanente e Nascentes.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 20
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

F) População que mora e/ou exerce algum tipo de atividade na ADA/AID, incluindo a parte da Gleba São Benedito afetada

- Informações gerais

Nas atividades que envolviam a população da ADA/AID do empreendimento, existiu um esforço em realizar atividades com a população da Gleba São Benedito (Agrodito), que compreende estabelecimentos agropecuários localizados na margem direita do rio Teles Pires. Foram previamente agendadas entrevistas semiestruturadas e duas oficinas que seriam realizadas no mesmo dia na escola municipal rural Getúlio Vargas B, sendo uma oficina com os alunos e outra com os pais, buscando atingir a maior parte da população residente nessa região. No entanto, mesmo com a disponibilização do veículo escolar, não houve o comparecimento de pais de alunos.


Desta forma, para este público-alvo foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas e uma oficina com os alunos da escola municipal rural Getúlio Vargas B, com a presença de 20 alunos. A oficina foi baseada na dinâmica de Mapa Falado, que permite que os alunos estabeleçam correlações acerca dos mecanismos que interferem na dinâmica e na organização espacial, entendendo de maneira objetiva como os elementos naturais e culturais se distribuem na superfície.

Por encontrar-se em região limítrofe entre os municípios de Jacareacanga e Paranaíta e distante da sede do município do qual faz parte (Jacareacanga), a infraestrutura social da Gleba São Benedito é insuficiente. Há, todavia, colaboração por parte da prefeitura de Paranaíta no atendimento escolar e no de saúde à população da Gleba, pois é a sede municipal mais próxima da comunidade.

Em sua maioria, as atividades executadas na Gleba São Benedito são basicamente do ramo agropecuário. As famílias que moram nas fazendas localizadas nessa região não possuem sistema de abastecimento de água, saneamento básico, energia elétrica ou mesmo posto de saúde. As fazendas, bem como a escola rural, são abastecidas por água de poço artesiano (ou semi-artesiano), possuem fossa séptica para o esgoto e possuem geradores de energia movidos a óleo diesel.

A escola rural funciona em um prédio com apenas uma sala de aula, uma cozinha e banheiro, e funciona com o sistema multisseriado unidocente. Os alunos da escola possuem de 06 a 14 anos, e apresentam alto cooperativismo com a professora nos dias de aula (segunda, terça e quarta-feira). A escola está sob administração da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíta, de onde provém toda a estrutura para o seu funcionamento. Além de alimentação, óleo diesel para gerador e materiais escolares, a prefeitura de Paranaíta fornece também um transporte escolar, que percorre diariamente cerca de 200 km para transportar os alunos entre suas casas e a escola.

A estrada de acesso às fazendas da gleba São Benedito foi aberta por esforço dos proprietários de terra e moradores da região. No entanto, por ser acesso ao canteiro de obras da UHE São Manoel, essa estrada tem sido utilizada por carros e caminhões com maior intensidade. Segundo

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 21
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

os entrevistados, esse aumento do trânsito de veículos automatizados tem causado um impacto tanto para os moradores da região quanto para a fauna local. Foi informado que os motoristas dos veículos que se deslocam para a UHE São Manoel (muitos identificados com logo) dirigem com velocidade acima do limite permitido e fazem manobras imprudentes. Foi necessário implantar lombadas nas proximidades da escola, para minimizar a poeira e barulho gerados pelos veículos.

Neste ano de 2015, proprietários de terras e moradores da Gleba São Benedito fizeram uma manifestação, bloqueando a passagem de veículos que se deslocavam para a UHE São Manoel na localização da balsa do cajueiro (Rio Teles Pires). Os manifestantes reivindicavam por energia elétrica para a região da gleba. Apesar dessa ação pontual, e de terem sido organizados em uma associação (Agrodito) que não funciona mais, atualmente, os proprietários de terras e moradores da Gleba São Benedito não apresentam ações de cooperativismo entre si.

- Sobre as questões ambientais


Quanto às questões ambientais, um dos problemas citado nas atividades realizadas foi o desmatamento por “grileiros” (invasores de terras públicas). Segundo os entrevistados, a grilagem acontece até hoje devido às deficiências encontradas no sistema de controle de terras no Brasil. Apesar das diversas propostas, o governo ainda não implementou um registro único de terras ou ao menos um cadastro específico para as grandes propriedades.

Segundo os entrevistados alguns problemas ambientais estão sendo causados com a implantação e operação de usinas hidrelétricas da região, como o aumento de atropelamento da fauna silvestre e o aumento da mortalidade de peixes no rio Teles Pires. Os entrevistados informaram que, por imprudência dos motoristas de veículos vinculados às obras da UHE São Manoel, é notável o aumento da mortalidade de espécimes da fauna silvestre. Quanto aos peixes (ictiofauna), foi informado um aumento na mortalidade de espécimes no rio Teles Pires após o enchimento do reservatório da UHE Teles Pires.

Também informaram que já foram realizados trabalhos de Educação Ambiental com a população da gleba São Benedito por parte da empresa UHE Teles Pires, sendo abordado o tema “Lixo”. Foram realizadas atividades que envolveram os alunos da escola rural, bem como os pais. No entanto, segundo a professora da escola os pais apresentam muita resistência a qualquer atividade fora da sua rotina diária, de forma que a realização desta atividade só foi viabilizada por estar vinculada a entrega dos boletins dos alunos.

- Sugestões de temas para o Programa de Educação Ambiental

Levando em consideração as informações obtidas nas atividades realizadas na Gleba São Benedito, são sugeridos como temas possíveis ao Programa de Educação Ambiental o lixo e doenças causadas pela má destinação deste, o desmatamento e proteção da fauna local.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 22
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

G) Gestores públicos e profissionais da rede de ensino

- Informações gerais

Embora não estejam listados como público alvo do Programa de Educação Ambiental ou do Diagnóstico Socioambiental Participativo de forma explícita, o público escolar é alvo de atividades propostas pelo PEA e, de forma implícita, foram considerados como público-alvo deste estudo. Além disso, com o intuito de garantir uma visão ampla das questões ambientais, assim como para garantir que processos de Educação Ambiental já em andamento nos locais estudados não fossem desperdiçados, em ambos os municípios também foram incluídos como público-alvo do processo de DSP representantes das administrações municipais.


Neste contexto, o DSP dialogou com 9 gestores públicos: os secretários de meio ambiente e educação dos municípios de Paranaíta e Alta Floresta, os assessores estaduais de educação destes dois municípios e as supervisoras de ensino de Paranaíta. Foram interlocutores deste estudo também 5 profissionais da rede pública de ensino de Paranaíta.

Através de roteiros semiestruturados, foram realizadas entrevistas individuais e reuniões com estes profissionais a fim de reconhecer as principais características da dinâmica escolar local, percepções quanto às questões ambientais e ações de educação ambiental já implementadas.

No período da execução do DSP, estava em curso a produção dos relatórios municipais para o Plano Nacional de Educação (PNE). Os secretários e supervisores de educação estavam imersos nas atividades pertinentes ao PNE e não permitiram que fossem realizadas oficinas participativas com os profissionais da rede de ensino, a fim de não interromper os processos em andamento. Os assessores estaduais de ensino sugeriram que fossem enviados, por meio eletrônico, questionários direcionados aos professores com as principais questões do DSP e eles se encarregariam de distribuí-los aos profissionais e encaminhar as respostas à equipe do DSP.

Desta forma, além dos encontros presenciais ocorridos em campo, questionários foram enviados através de mensagens por e-mail aos profissionais de ensino com o intuito de englobá-los nas análises do DSP. O questionário pode ser consultado no **Anexo 1.5**. Por falta de tempo hábil para os professores, o preenchimento desses questionários não havia sido concluído até a data de fechamento do presente relatório.

A percepção quanto ao empreendimento UHE São Manoel é diferente entre profissionais da rede de ensino e gestores públicos. Isso ocorre, provavelmente porque as expectativas quanto ao empreendimento estão intimamente ligadas ao resultado das experiências vividas com a empresa da UHE Teles Pires. Profissionais da rede de ensino e gestores públicos da educação tiveram relações estreitas com o Programa de Educação Ambiental da UHE Teles Pires e avaliaram os resultados satisfatoriamente, com poucas ressalvas, de forma a criar expectativas positivas quanto ao novo empreendimento. No caso dos gestores públicos, as medidas de compensação e mitigação de impactos da hidrelétrica geraram frustrações e culminaram em expectativas negativas quanto a futuros empreendimentos hidrelétricos.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 23
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Ainda que receosos, gestores públicos e profissionais da rede de ensino se mostraram solícitos à contribuição para parcerias bem-sucedidas e a participação dos mesmos enriqueceu os resultados do DSP.

G.1) Profissionais das redes públicas de ensino

É unânime o interesse em que as atividades de educação ambiental dirigidas aos alunos ocorram em paralelo ao planejamento escolar e durante o período letivo, de forma que não haja conflitos de conteúdo. Com o intuito de atender esta demanda do município de Paranaíta, integrado ao Sistema Aprende Brasil, a equipe do DSP recebeu a programação de conteúdo das escolas municipais do ensino fundamental II – de 6º a 9º ano – das disciplinas de ciências, física, química, geografia, história, artes e matemática.

No âmbito estadual, ambos assessores sugeriram o contato direto com as escolas selecionadas para adquirir o conteúdo programático que é diferente em cada unidade. Mesmo com o interesse explícito de participação de todas as escolas estaduais no programa, há uma compreensão de que esta demanda não seja atendida.


A experiência com ações de educação ambiental por parte de outros empreendimentos foi bem avaliada por quase todos os entrevistados, com a ressalva de que futuros projetos sejam menos pontuais e apresentem a possibilidade de continuidade, mesmo sem a participação do empreendimento. Segundo as informações dos entrevistados, as ações aconteceram periodicamente por meio de filmes, palestras, oficinas e atividades de campo, com temas variados, entre eles: consumo consciente, produção e descarte do lixo, cuidados com nascentes e mata ciliar e ecossistema amazônico.

As entrevistas permitiram notar que o principal tema tratado pelas ações passadas foi o lixo. Ainda que esse seja um dos principais problemas ambientais indicado pela população local, destacou-se como um tema desgastado para os profissionais de ensino. A principal sugestão é que se pense nos temas a partir do conteúdo pedagógico de cada escola.

A escola Juscelino Kubistchek, maior escola de Paranaíta, com 986 alunos, apresentou uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), fundamentada em apostilas criadas pelo parceiro com temas relevantes sobre empreendedorismo. Mesmo que a parceria não tenha sido efetuada com fins ambientalmente educacionais, trata-se de uma importante relação de intervenção na escola, até o momento bem avaliada.

G.2) Gestores públicos

No tratamento das informações do DSP, foram tratados como gestores públicos os interlocutores que exercem alguma atividade ligada ao setor executivo dos municípios: secretários, assessores e supervisores.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 24
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Este público demonstrou cautela quanto à futura relação com a UHE São Manoel. Há a noção de que o município, através de seus representantes legais, deve estar preparado para o diálogo com o empreendimento; todavia a tônica deste primeiro diálogo foi o enfrentamento e a resistência.

De acordo com os gestores públicos, o município de Paranaíta enfrentou sérias dificuldades como consequência do acréscimo populacional que resultou em uma população flutuante atraída pelas obras da UHE Teles Pires seguidas pelas obras da UHE São Manoel. O aumento populacional não foi acompanhado pelo aumento de repasse de recursos e houve queda na qualidade da prestação de serviços de saúde e segurança. Municípios de Alta Floresta apontaram que os índices de criminalidade e insegurança também aumentaram, assim como houve a desqualificação do atendimento da saúde pública. Neste contexto, há uma clara intenção de não permitir que isso ocorra novamente e de enfrentar as questões com maior preparo na relação com a nova construção hidrelétrica.


No que diz respeito ao meio ambiente, é notável o destaque que a gestão municipal de Alta Floresta deu à pasta ambiental. O município entrou, em 2008, para a lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) dos municípios prioritários para o controle do desmatamento, conhecida como Lista Negra do MMA. Esta lista, criada em 2008, denuncia os municípios campeões de desmatamento no país e, de acordo com o MMA, estar nela pode prejudicar a economia local e a produção agropecuária por gerar uma série de entraves aos proprietários de terra, como o impedimento de tomar empréstimos e criação de dificuldades para a venda da produção. Além disso, em 2010, houve no município uma séria crise de falta de água para o abastecimento público urbano, devido à degradação das áreas de proteção permanentes (APP).

Desta forma, o município iniciou uma série de ações para alcançar as exigências para a saída da lista do MMA. As principais ações foram: estruturar uma gestão ambiental municipal; criar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; estabelecer engajamento das secretarias de Meio Ambiente e Agricultura; proceder à elaboração da base cartográfica municipal; apoiar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) da agricultura familiar; envolver os produtores nesse processo; criar ações de monitoramento das áreas degradadas com banco de dados estruturado e estabelecer parcerias para a conquista dos objetivos de forma interdisciplinar.

Em 2012, o município saiu da Lista Negra, com 80% das propriedades rurais cadastradas no CAR e passou a constar na lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

Entre outras ações protagonizadas pela prefeitura de Alta Floresta através da Secretaria de Meio Ambiente estão a adesão aos princípios do Programa Municípios Sustentáveis (PMS) do Instituto Centro de Vida (ICV), o projeto Olhos D'água para a revitalização das nascentes e áreas de manancial, o auxílio ao manejo de pastagem, a criação do viveiro de mudas e o pagamento por serviços ambientais.

A prefeitura de Paranaíta, menor em quantidade de habitantes, conta com uma pasta ambiental reduzida e com prioridades diferentes. Inicialmente, os esforços públicos de Paranaíta com relação ao meio ambiente estiveram focados em formar a política ambiental local, criando um Conselho Municipal de Meio Ambiente e a Política Municipal de Meio Ambiente. Neste processo,

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 25
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

foi feito um Termo de Adequação com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente para a descentralização do processo de licenciamento, além de trazer as resoluções do Conama e do Conselho para as decisões municipais.

A prefeitura, recentemente, aderiu aos princípios do Programa Municípios Sustentáveis (PMS) e iniciou diversas atividades para o desenvolvimento sustentável local, mas os resultados não foram bem avaliados pelo gestor. As atividades que ocorreram, sem sucesso, foram a criação da Agenda 21 local e o incentivo ao extrativismo da castanha. As atividades bem avaliadas pela Secretaria de Meio Ambiente foram a atuação periódica nas escolas municipais com palestras sobre temas ambientais e atividades participativas que tornam os alunos fiscais do meio ambiente. Além disso contribuíram para compor as percepções a respeito da população local. De acordo com os gestores públicos, as ações de Educação Ambiental (EA) devem se adequar às agendas municipais escolares e de meio ambiente, de forma a contribuir com os objetivos e metas de cada município.

Nestas entrevistas notou-se que o perfil da população estava sistematizado e foi a partir dele que os gestores indicaram temas para os projetos de Educação Ambiental. De acordo com os interlocutores, o histórico local explica a cultura pecuarista e de pouca prioridade ambiental. A população “pioneira” – como são chamados os primeiros moradores dos municípios – foi incentivada a desmatar e a dar início à atividade agropecuária. Com o passar do tempo, a legislação ambiental mudou e a cultura permaneceu a mesma, o que gerou parte da resistência a ações sustentáveis e ambientalmente saudáveis. Por esta razão, sugeriu-se que as ações oferecessem resultados mensuráveis.

- Sobre as questões ambientais

Ambos municípios apresentam problemas com o descarte do lixo. Paranaíta conta com um lixão desordenado, a céu aberto, e Alta Floresta conta com um aterro municipal saturado e irregular.

A coleta seletiva nos municípios ainda não é habitual e faltam campanhas para que a adesão da população na separação do lixo doméstico seja mais efetiva.


Segundo os entrevistados, os municípios são carentes de áreas públicas de lazer como praças, parques e espaços esportivos.

Os gestores públicos e profissionais das redes públicas de ensino compreendem como desafio às ações ambientais a falsa crença de saúde ambiental que existe na região. A abundância de vegetação visível gera uma falsa percepção de que não há problemas ambientais na região.

- Sugestão de temas para o Programa de Educação Ambiental

Os temas indicados pelos gestores públicos e profissionais das redes públicas de ensino foram:

- O enquadramento das escolas públicas ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do MMA.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 26
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

- Agente Ambiental Voluntário – criação de um programa para envolver os munícipes nas ações de fiscalização ambiental informal.
- Elaboração do plano municipal de resíduos sólidos de Paranaíta de forma participativa através de Comissões formadas pelos munícipes.
- Resgatar a Agenda 21 no município de Paranaíta – começando pelo Convida nas escolas.
- Palestras de conscientização de consumo.
- Atuar por setores que agregam passivos ambientais mais graves: pessoas que manejam óleo, como proprietários de motores geradores de energia e oficinas mecânicas, lojas que vendem venenos e agrotóxicos, entre outros.
- Oficinas de valorização de produtos agroflorestais

H) Sociedade Civil Organizada – ONGs

- Informações gerais


Pelo agrupamento das etapas de estabelecimento de parcerias e Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), considerou-se importante registrar informações obtidas na entrevista semiestruturada realizada com a coordenadora do Instituto Centro de Vida (ICV), que também já atuou como gestora da Secretaria de Meio Ambiente do município de Alta Floresta.

A atividade foi concentrada basicamente em uma reflexão sobre a resistência da população dos municípios de Paranaíta e Alta Floresta em participar de atividades que estejam vinculadas às condicionantes dos empreendimentos hidrelétricos da região. Segundo a entrevistada, inicialmente, havia uma expectativa extremamente positiva por parte da população com relação ao primeiro empreendimento, expectativa esta que foi frustrada. Sendo assim, todos os impactos socioambientais sentidos a partir das obras destes empreendimentos fizeram com que os gestores públicos e a população se munissem de precauções, desconfiando de novos empreendimentos.

O ICV atua em nove municípios da região, e tem participado de ações ambientais, como a priorização do cuidado com as nascentes e recursos hídricos da região de Alta Floresta, reflorestando essas áreas e retirando o município da lista dos principais desmatadores. Para a entrevistada é contraditória essa conquista pela diminuição do desmatamento em relação à alta taxa de supressão de vegetação causada pelos empreendimentos hidrelétricos.

Foi realizado um diagnóstico socioambiental participativo para Alta Floresta e Paranaíta por esse instituto, entretanto, a entrevistada os considerou superficiais, muito quantitativos e pouco qualitativos. Além desse diagnóstico, outros trabalhos vêm sendo desenvolvidos pela instituição como o desenvolvimento rural comunitário com os assentamentos, onde são trabalhados conceitos de agroecologia, segurança alimentar, consumo consciente e valorização dos produtos da agricultura familiar.

Para as entrevistadas é necessário que o Programa de Educação Ambiental da UHE São Manoel tenha maior abrangência, envolvendo professores e conselhos dos municípios. Na sua opinião, é

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 27
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

importante capacitá-los para uma visão mais crítica e mais sistêmica dos acontecimentos da região, passando conceitos de resiliência de ciclos adaptativos, de sistemas e matriz energética.

A população teme pelo não cumprimento das condicionantes dos empreendimentos hidrelétricos da região, já que eles têm visto o investimento em construções de obras públicas (escolas, postos de saúde), mas sem uma preocupação com o funcionamento e sustentabilidade dessas obras.

De forma conclusiva, para a entrevistada, a função do Programa de Educação Ambiental deve ser: criar base, um arcabouço de capacitação da população para que possa existir um diálogo entre a empresa responsável pela UHE São Manoel e os impactados pela obra. O município não está preparado para discutir ou lidar com os recursos financeiros que recebem, entretanto há um interesse de espaço de diálogo com as empresas responsáveis pelo empreendimento.

- Sugestões de temas para o Programa de Educação Ambiental

Foi levantada a necessidade de promover a construção de conceitos com os conselhos e professores, trabalhar com temas como desenvolvimento sustentável no mundo, demandas da Amazônia e matriz energética no Brasil.

4.1.2.2 Conclusões do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) – Primeira Campanha

O processo de DSP permitiu constatar que a questão do descarte incorreto do lixo é um tema de extrema relevância para o público alvo indagado, se utilizado o critério de quantidade de menção. Ainda de acordo com este critério, são relevantes os temas de preservação ambiental no que tange à fauna e à vegetação no entorno de nascentes e desmatamento.

A elaboração da listagem de temas principais dos grupos sociais pesquisados considerou a ordem de grandeza resultante da quantidade de menções feitas pelo público alvo conforme os instrumentos de pesquisa. Com base nesta definição, propõe-se os seguintes critérios para a seleção de temas a serem utilizados na elaboração dos Projetos de Educação Ambiental:

1. Viabilidade de execução


De acordo com este critério os temas serão avaliados quanto à viabilidade pedagógica, de logística e de nível de dificuldade.

2. Vinculação com as linhas de ação

De acordo com este critério serão selecionados os temas que mais se aproximam das determinações e objetivos de cada linha de ação.

3. Inovação/renovação

De acordo com este critério os temas serão avaliados frente a exemplos de Projetos de Educação Ambiental desenvolvidos em outros empreendimentos, a fim de evitar repetição de casos mal avaliados e dar continuidade a casos bem-sucedidos.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 28
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

A **Tabela 4.1.2.2.a** permite visualizar, sinteticamente, as questões ambientais e sugestões de temas para o Programa de Educação Ambiental por público alvo.

Tabela 4.1.2.2.a

Questões ambientais e temas sugeridos por público alvo

Público Alvo	Questões Ambientais	Temas para o PEA
Proprietários de Terras	<ul style="list-style-type: none"> • Ataque de onças ao gado • Descarte incorreto de resíduos • Desmatamento • Diminuição de peixes no rio • Morte súbita da pastagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Armazenamento de resíduos • Extrativismo Florestal • Legislação Ambiental para propriedades agropecuárias
Proprietários de Pousadas	<ul style="list-style-type: none"> • Descarte incorreto de resíduos (lixão a céu aberto) • Falta de conhecimento no armazenamento de resíduos • Diminuição de peixes no rio 	<ul style="list-style-type: none"> • Armazenamento de resíduos • Treinamento para o atendimento ao turista
Proprietários de Balsa de Travessia	<ul style="list-style-type: none"> • Descarte incorreto de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Lixo
Proprietários de Balsas de Garimpo e Garimpeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa qualidade da água 	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve sugestão de tema
Pescadores	<ul style="list-style-type: none"> • Descarte incorreto de resíduos • Falta de saneamento básico • Desmatamento de nascentes • Quantidade de lixo no rio 	<ul style="list-style-type: none"> • Lixo • Preservação de nascentes
População que mora e/ou exerce algum tipo de atividade na ADA/AID, incluindo a parte da gleba São Benedito	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de atropelamento da fauna • Descarte incorreto de resíduos • Desmatamento • Diminuição de peixes no rio (alta mortalidade da ictiofauna) • Morte de animais silvestres 	<ul style="list-style-type: none"> • Desmatamento • Lixo • Preservação da Fauna • Preservação da Ictiofauna (peixes)
Representantes da administração municipal e profissionais das redes públicas de ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa qualidade da água no rio Teles Pires • Conscientização da população quanto a preservação ambiental • Descarte incorreto de resíduos • Desmatamento • Diminuição de peixes no rio (alta mortalidade da ictiofauna) • Falta de conscientização dos proprietários de terra com relação à preservação das nascentes e reflorestamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Ambiental Pública (A3P) • Agenda 21 • Agentes ambientais voluntários • Cuidado com ervas fitoterápicas • Lixo • Plano municipal de resíduos sólidos • Preservação da Fauna Silvestre • Preservação das APPs
Sociedade Civil Organizada	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de preparo das lideranças municipais 	<ul style="list-style-type: none"> • Caminhos do Desenvolvimento Sustentável no mundo • Construção participativa de conceitos, tais como: agroecologia, ecossistema e sustentabilidade • Desenvolvimento sustentável • Matriz energética brasileira

Visto por:

Cleide Rocha
CoordenadorJuhei Muramoto
Gestor

Elaborado por:

Márcia Eliana Chaves
SociólogaPaula Pontvianne
SociólogaPriscila Machion Leonis
BiólogaRev.: 02
01/09/15
Pág. 29

4.1.2.3 Finalização do Diagnóstico Socioambiental Participativo e elaboração dos Projetos de Educação Ambiental

Como citado na metodologia deste relatório, a flexibilidade utilizada como estratégia para o cumprimento das atividades resultou em mudanças nos processos de pesquisa do DSP. Desta forma, os moradores da Gleba São Benedito (porção sul de Jacareacanga) e os profissionais das redes públicas de ensino foram abordados de forma diferente ao metodologicamente previsto.

Os moradores da porção sul de Jacareacanga, Gleba São Benedito, compõem o público alvo do Programa de Educação Ambiental (PEA) e do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), tornando-se altamente relevante sua opinião a respeito das questões ambientais locais e de temas para a elaboração dos Projetos de Educação Ambiental.

Ainda que não indicados explicitamente como público alvo do PEA ou do DSP, o Programa propõe para o público alvo professores das redes de ensino municipal e estadual 03 cursos de quarenta horas para cada município, sendo um curso por ano, focado nos multiplicadores das comunidades do entorno e da região. O PEA pretende que estes cursos abordem temas globais como desenvolvimento sustentável e biodiversidade e temas específicos como questões ambientais relacionadas ao empreendimento UHE São Manoel e seu entorno que podem ser arroladas no processo de diagnóstico participativo.


Para a finalização do processo de DSP, a equipe executora realizará uma segunda campanha a fim de concretizar as oficinas com os públicos mencionados, englobando sua contribuição aos resultados finais do diagnóstico.

Os resultados do DSP e os projetos de educação ambiental detalhados serão consolidados em um Relatório Preliminar do Programa de Educação Ambiental que será apresentado ao empreendedor ao final do terceiro trimestre de 2015.

Justificativa para necessidade de complementação do DSP e de ajustes no cronograma de execução

Como pôde ser depreendido nos relatos deste Diagnóstico Socioambiental realizado até o mês de junho de 2015, não foi possível realizar todas as atividades do DSP até aquela data, uma vez que alguns públicos-alvo não foram totalmente investigados por esse diagnóstico. Consequentemente, a Etapa 3: Elaboração dos Projetos de Educação Ambiental ficou incompleta e não pôde ser totalmente incluída neste relatório.

Por outro lado, no item 3.3.3 Execução de Projetos de Educação Ambiental, subitem A) Realização de palestras, cursos e oficinas, consta que será realizado esse tipo de atividade com professores e lideranças, e oficinas de educação ambiental para crianças e adolescentes. Como os temas a serem abordados nos projetos de educação ambiental também advirão do DSP com esse público, que ainda está pendente, fez-se necessário a proposição de uma segunda campanha a fim de concretizar as atividades anteriormente previstas no Plano de Trabalho.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 30
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Assim, não tendo sido finalizada a etapa 3, a nova campanha de realização de DSP foi planejada para os públicos:

- Professores, cujas atividades foram agendadas para o mês de agosto, em Paranaíta;
- Professores da rede municipal e estadual de Alta Floresta que responderam a um questionário enviado em junho de 2015 por e-mail, por solicitação dos representantes da educação;
- Moradores da Gleba São Benedito – não comparecimento na primeira oficina planejada para o mês de maio/junho;
- Garimpeiros – necessidade de obtenção de informações mais detalhadas em virtude da indisponibilidade alegada pelo representante da Cooperalfa. Foram marcadas entrevistas individuais para o mês de agosto.

Considerando esse replanejamento e as dificuldades de realização do DSP completo e abrangente de todos os públicos-alvo, como consequência, verificou-se a necessidade de reavaliação do cronograma do Programa de Educação Ambiental.

Nesse sentido, as atividades de educação propriamente dita terão início após o término da interpretação dos dados desta segunda campanha e da elaboração dos projetos de educação ambiental.

Propõe-se, portanto, que as atividades de educação ambiental tenham início no mês de outubro de 2015, expressas no cronograma ajustado apresentado no Item 5.0 deste relatório.

5.0 Cronograma Ajustado


Com o final do DSP e aprovação dos projetos, o cronograma ajustado apresenta as atividades que serão desenvolvidas ao longo dos meses subsequentes, de acordo com os itens do plano de trabalho, a saber: realização de palestras, cursos e oficinas; realização de campanhas de conscientização; e participação em eventos festivos, culturais e pontos turísticos.

A. Realização de palestras, cursos e oficinas.

Serão realizadas palestras, cursos de capacitação de professores e lideranças e oficinas de Educação Ambiental para Crianças e Adolescentes, buscando sensibilizar os públicos quanto às questões socioambientais da localidade. Nesses eventos serão tratadas as temáticas previstas no PBA e outras levantadas durante o Diagnóstico Socioambiental Participativo.

Palestras

O plano de trabalho especifica a realização de 06 palestras para cada município, sendo duas palestras por ano por município: Alta Floresta, Paranaíta e Jacareacanga, totalizando 18

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 31
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

palestras. Estas palestras devem promover a discussão entre os participantes sobre as principais dificuldades para implementação de usos sustentáveis na região do futuro reservatório, no intuito de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas.

A primeira palestra estava prevista para março de 2015, momento em que o DSP ainda estava em execução. Desta forma, esta atividade está sendo proposta para o mês de outubro de 2015. Para os próximos anos a previsão de realização permanece a mesma.

Cursos de capacitação de professores e lideranças

O plano de trabalho especifica que serão desenvolvidos 03 cursos de 40 horas para cada município, sendo um curso por ano, totalizando 09 cursos, focados nos professores das redes de ensino municipal e estadual.

O primeiro curso estava previsto para ocorrer em abril de 2015, momento em que o DSP ainda estava em execução. Por outro lado, no desenvolvimento das atividades do diagnóstico, notou-se a resistência deste público para a realização de cursos de longa duração, assim como das atividades previstas no PEA.

Com o intuito de motivar ampla participação na execução deste programa e por sugestão das coordenações pedagógicas dos municípios, propõe-se a realização destes cursos no início do ano letivo, período em que os professores estão retornando às suas atividades. Assim sendo, os dois primeiros cursos de cada município serão desenvolvidos na última semana do mês de janeiro e primeira de fevereiro de 2016. O terceiro e último curso de cada município será realizado no mês de janeiro de 2017.

Oficinas de Educação Ambiental para Crianças e Adolescentes


De acordo com o plano de trabalho serão desenvolvidas 04 oficinas para crianças e adolescentes, sendo uma por projeto de educação ambiental proposto, com temas específicos, com objetivo de realizar oficinas que tenham caráter didático e sensibilizador de educação ambiental.

O início da realização destas oficinas estava previsto para o mês de abril de 2015, momento em que o DSP ainda estava em execução, o que não permitia o desenvolvimento de qualquer temática a não ser a que estivesse vinculada aos projetos de educação ambiental.

Desta forma, propõe-se que a primeira oficina seja realizada em outubro de 2015, a segunda e a terceira em abril de 2016 e a última permanece como proposto, em abril de 2017.

B. Realização de campanhas de conscientização.

O cronograma aprovado no plano de trabalho previa que, trimestralmente a contar de abril de 2015, seriam desenvolvidas campanhas de conscientização em Paranaíta e na área sul de Jacareacanga (gleba São Benedito).

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 32
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Pelos motivos já expostos há necessidade de propor-se novas datas, a saber: 03 campanhas em outubro e 1 em dezembro de 2015. As ações subsequentes permanecem como proposto.


C. Participação em eventos festivos, culturais e pontos turísticos.

O plano de trabalho previa que seriam disponibilizados materiais e instrumentos de divulgação do andamento dos programas ambientais do empreendimento e outros conteúdos de Educação Ambiental durante os eventos festivos e culturais, e, em pontos turísticos localizados na AID do empreendimento e em locais de visitação turística no município e região.


Os resultados do DSP norteariam a elaboração destes materiais e participação nestes eventos. Tendo em vista a conclusão deste diagnóstico, propõe-se o início destas atividades para o mês de outubro de 2015 sem alterar as datas subsequentes.

O cronograma aprovado no Plano de Trabalho indica como atividade do Programa de Educação Ambiental “oficinas com trabalhadores de UHE São Manoel”, a qual está vinculada ao Programa de Educação Ambiental do Trabalhador, não sendo pertinente a este cronograma.


No **Anexo 3** é apresentado o cronograma atualizado em formato comparativo com o cronograma previamente aprovado.

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15 Pág. 33
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		


ANEXOS

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Anexo 1 – Material para o DSP

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Anexo 1.1 – Planejamento de trabalho de campo para Programa de Educação Ambiental

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Planejamento de trabalho de campo para Programa de Educação Ambiental

Dos objetivos do processo de Diagnóstico Socioambiental Participativo

Conforme definido na Nota Técnica nº 119/2012, é objetivo do Diagnóstico Socioambiental Participativo identificar e caracterizar problemas ambientais, conflitos e potencialidades socioambientais, assim como, o público alvo prioritário das ações educativas.

No âmbito do P.27 Programa de Educação Ambiental (PEA) inserido no Projeto Básico Ambiental da UHE São Manoel o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), visando os mesmos objetivos da Nota Técnica, objetiva identificar os atores sociais envolvidos, as demandas socioambientais da região, definindo os sujeitos prioritários das ações educativas e principais temas que deverão ser abordados na execução dos futuros Projetos de Educação Ambiental, desta forma, servirá de subsídio para a criação de Projetos que se aproximem da realidade local.

É objetivo deste DSP contribuir no processo de mobilização social, promovendo a participação da população no processo de identificação de projetos de educação ambiental de interesse comum.

Do público alvo

O Público alvo do DSP insere-se na ADA e na AID envolvendo os municípios de Paranaíta – MT, Alta Floresta – MT e Jacareacanga – PA.

Trata-se dos seguintes grupos sociais:

- Proprietários de terras;
- Proprietários de pousadas;
- Proprietários de balsa de travessia;
- Proprietários de balsa de garimpo
- Garimpeiros
- Pescadores
- População que mora e/ou exerce algum tipo de atividade na Gleba São Benedito em sua parte afetada, incluindo crianças e adolescentes de escolas rurais da região;
- Representantes das administrações municipais: representantes do trade turístico da região, coordenadores pedagógicos e professores das redes de ensino municipal e estadual.

Da metodologia

Serão realizadas oficinas participativas direcionadas a cada um dos públicos-alvo especificados acima. Essas oficinas consistem em reuniões participativas nas quais serão

coletados e analisados dados primários, percepções e possíveis temas ambientais a serem tratados.

Para o melhor desenvolvimento das atividades serão privilegiados locais conhecidos do público em ambientes preferencialmente familiar e de fácil acesso.

Compreendendo as diferenças e características específicas de cada público alvo, com o intuito de explorar de forma aprofundada essas especificidades, para cada um será aplicado um dos seguintes processos:

1. Oficinas participativas;
2. Entrevistas semiestruturadas;
3. Reuniões.

1. Oficinas participativas:

Para reuniões com 20 participantes ou mais serão adotados os métodos “Mapa Falado” e “FOFA”. Ambas ferramentas se complementam sendo a primeira utilizada para a descrição da rotina e do uso dos espaços locais e a segunda para o apontamento daquilo que aquele grupo entende como força, oportunidades, fraquezas e ameaças que permeiam suas rotinas. Esta última ferramenta permite um olhar amplo para a realidade local já que busca analisar aspectos internos àquele grupo – forças e fraquezas – e aspectos externos – oportunidades e ameaças.

2. Entrevistas semiestruturadas:

Para os casos com menor número de participantes, de 1 a 3, serão aplicados roteiros semiestruturados com perguntas previamente elaboradas com o mesmo intuito das oficinas. Estas entrevistas assemelham-se a diálogos, ocorrendo como conversas focadas em assuntos pré-determinados com a possibilidade de ajustar a entrevista aos indivíduos ou à circunstância de acordo com a necessidade.

3. Reuniões:

As reuniões serão aplicadas nos casos de encontros não previstos no plano de trabalho que envolvem participantes com conhecimento sobre o local e que podem contribuir para a melhor elaboração dos Projetos de Educação Ambiental. Neste caso, as perguntas do roteiro semiestruturado acima servirão de orientação.

Tabela 1 – Processos por público alvo

Público Alvo	Processo
Proprietários de terras	Entrevistas semiestruturadas
Proprietários de pousadas	Entrevistas semiestruturadas
Proprietários de balsa de travessia	Entrevistas semiestruturadas
Proprietários de balsa de garimpo	Entrevistas semiestruturadas
Garimpeiros	Entrevistas semiestruturadas
Pescadores	Oficinas participativas
População que mora e/ou exerce algum tipo de atividade na Gleba São Benedito	Oficinas participativas

em sua parte afetada, incluindo crianças e adolescentes de escolas rurais da região	
Representantes das administrações municipais: representantes do trade turístico da região, coordenadores pedagógicos e professores das redes de ensino municipal e estadual.	Entrevistas semiestruturadas

Todos os processos serão desenvolvidos com duração mínima de quatro horas divididos em 2 etapas:

- Primeira etapa (2-3 horas): apresentação do empreendimento, do programa e da equipe; apresentação dos participantes; apresentação de macro temas ambientais que sirvam de norte para as discussões; elaboração de matriz fofa e sistematização das informações coletadas.
- Segunda etapa (1-2 horas): debate sobre as informações coletadas e brainstorm de soluções.


Cronograma de atividades:

Data	Atividades	Local	Contato	Observações
27/mai (Quarta)	9h30 - Oficina de DSP Associação Agrodito	Escola Rural da Gleba São Benedito	Lilian	A Oficina foi realizada apenas com os alunos da escola, pelo não-comparecimento dos moradores da gleba. Desta forma, foi realizada também entrevistas com a professora e moradora da gleba Lilian e o motorista da escola Carlos.
	13:00 - Entrevista com Responsável por balsa de travessia	Na balsa de travessia	Olivir	O proprietário da Balsa mora no exterior e não foi possível contatá-lo diretamente. Conversaremos com o responsável pela operação desta.
	15:00 – Entrevista com Sr. Dorvalino, caseiro da Associação dos Pescadores Esportivos de Paranaíta (APEP)	APEP	Dorvalino (Neno)	Entrevista agendada em campo.
	16:00 – Entrevista com as coordenadoras da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíta	Secretaria Municipal de Educação	Délia, Fátima e Cristiane	Entrevista agendada em campo.
	16:30 – Entrevista com o secretário de educação de Paranaíta	Secretaria Municipal de Educação	Assis	Entrevista agendada em campo.
28/mai (Quinta)	08:00 – Entrevista com proprietário da Fazenda Santo Expedito	Estrada Mandacaru (Próximo a Pousada Manteiga ou Pousada Jerusalém II)	Luiz Gonzaga	
	10:00 – Entrevista com Assessora Pedagógica de Paranaíta	Escola João Paulo II	Evanilda	Entrevista agendada em campo.
	13:30 – Entrevista com Sr. Leonilson, presidente da APEP	Escritório de Advocacia do entrevistado	Leonilson	Entrevista agendada em campo.

	16:00 – Entrevista com professores da escola municipal rural São Pedro	Escola São Pedro	Sidnei e Marinês	Entrevista agendada em campo.
29/mai (Sexta)	09:00 – Entrevista com Assessor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paranaíta	Prefeitura de Paranaíta	Paulo Corrêa	Entrevista agendada em campo.
	11:00 – Entrevista com proprietário da Fazenda Fortuna	Mercearia Volpe	Marcelo Volpe	
	15:00 – Entrevista com proprietário da fazenda 3DMII (antiga Fazenda Maravilha II)	Restaurante do Dedé	José Alves Mota (Dedé)	
	17:00 – Entrevista com proprietário da Fazenda Jerusalém II	Propriedade do entrevistado	Hygino Pitelli Jr.	Entrevista agendada em campo.
30/mai (Sábado)	8h00 - Oficina com pescadores de Paranaíta e Alta Floresta	UNEMAT	Julita	
01/jun (Segunda)	9h00 - Entrevista com a proprietária da Pousada Portal da Amazônia	Av. Ludovico da Riva Neto, 1282	Roseli	
	11:00 – Entrevista com Assessor Pedagógico de Alta Floresta	Assessoria de Educação de Alta Floresta	Edson	Entrevista agendada em campo.
	13:30 – Reunião realizada com os proprietários da Fazenda Emanuella, Fazenda N. S. da Conceição e Fazenda São João II	Rua G4, 412 (próximo ao hotel Floresta Amazônica)	Emanuella, João Nascimento e Maria Nascimento	

	15:00 – Entrevista com presidente da Cooperativa dos Garimpeiros.	Cooperalfa	Darcy	
	Após às 18:00 – Entrevista com proprietário da Fazenda Della Giustina	Hotel Lisboa	Agenor	
02/jun (Terça)	07:30 – Entrevista com dono da Fazenda Santo Ambrósio	Rua Jaime Verissimo de Campos, 151 (Tortuga)	José Henrique	
	12:00 – Entrevista com dono Fazenda Panela de Barro	Restaurante Rangos	Valdecir	O proprietário teve imprevistos em sua fazenda e cancelou o encontro.
	15:00 – Entrevista com o gerente da Pousada Mantega	Escritório da Pousada	Barreto	
03/jun (Quarta)	07:00 – Entrevista com a coordenadora do Instituto Centro Vida	Sede da ICV	Irene Duarte	Entrevista agendada em campo.

Anexo 1.2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada e Reuniões

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Nome do entrevistado:	Município:
Nome da comunidade/ Instituição/ Equipamento:	Data:

Para o aplicador: as perguntas abaixo compõem o roteiro de entrevistas estruturadas

Roteiro de entrevista:

1. Há quanto tempo moram aqui?
2. Qual a sua percepção sobre o empreendimento?
3. Já há uma repercussão desse empreendimento em sua comunidade?
4. Como é a rotina/dia-a-dia de vocês?
(Problemas/como resolvem/o que é de maior importância para vocês, etc.)
 - 4.1 USO DA ÁGUA (criar situações – de onde você pega a sua água? Tem poço, caixa d'água, rede de abastecimento? Quanto tempo leva para tomar banho? Você lava roupa em casa? Você tem um jardim? Armazenamento de água para animais e plantas? Existe problemas de falta de água? etc.)
 - 4.2 ENERGIA (criar situações – Vocês têm energia elétrica? Quantas horas por dia a TV fica ligada em casa? Computador? Ar condicionado? Máquina de lavar roupa-horas ligadas?)
 - 4.3 SANEAMENTO BÁSICO (criar situações – lixo, esgoto)
 - 4.4 ALIMENTAÇÃO (criar situações – preparo, o que consome)
 - 4.5 USO DO SOLO (criar situações – planta/produz/cria? Agropecuária?)
 - 4.6 Quais são os rios mais próximos aqui da comunidade/região? Vocês usam o rio? Para que? Vocês gostariam de aproveitar o rio de (outra/alguma) forma?
 - 4.7 LAZER: (criar situações – onde as crianças brincam? Há espaços de lazer para os adultos?)
5. O que vocês entendem por meio ambiente?
6. O que vocês entendem por qualidade de vida?
7. Dado à rotina que vocês comentaram, quais são as suas principais dificuldades?

8. Existe Associações/Cooperativas/ONGs/Escolas na comunidade/região?
9. Como é a atuação/participação dessas entidades na região? (Quantos associados, professores, lideranças, etc.); (redes de informação)
10. Essas entidades possuem alguma atividade em relação ao meio ambiente/educação ambiental?
 - 9.1 Se sim, quais seriam? (viveiro, plantio, separação do lixo, compostagem, etc.)
 - 9.2 Como é realizado? Quais são os principais temas?
 - 9.3 Quem teve a iniciativa de realizar uma atividade desse tipo?
 - 9.4 A entidade continua as atividades? Qual foi o resultado dessas atividades?
 - 9.5 Se não obteve resultado, o que aconteceu? Qual foi o motivo?
11. Se formos realizar uma outra oficina de Educação Ambiental, quais temas seriam mais importantes pra vocês?
12. Se formos realizar uma (outra) oficina de Educação Ambiental, qual seria a melhor forma de mobilização da comunidade/moradores/atores principais?
- 10.1 Qual seria a semana/dia/período/horário mais apropriado para a realização das oficinas de Educação Ambiental?
- 10.2 (ESCOLA) Os alunos teriam disponibilidade para participar dessas oficinas?
13. Existem projetos governamentais e não governamentais de Educação Ambiental em andamento ou previstos na região?
14. Quais são as formas de comunicação existentes na região? (Rádio, TV, jornal, carro de som, etc.)
 - 14.1 Vocês recebem alguma informação sobre educação ambiental?
15. Quando você ou algum parente/conhecido fica doente, para onde vocês vão? Como é o atendimento?
16. Quais são as doenças mais frequentes (crianças e adultos)?
17. Utiliza-se medicação/medicamento caseira na casa/posto/comunidade/região?

18. Há sugestões em relação a ações que podem ser feitas na comunidade para melhoria da saúde coletiva?

Específicas:

Proprietários de Pousada:

- O que você sugere como temas para projetos de educação ambiental focados nas pousadas?

- Seria interessante capacitar funcionários para que a educação ambiental visual fizesse parte da rotina da pousada? Há disponibilidade dos funcionários e proprietários para cursos e oficinas de capacitação?

Proprietários de Terras:

- Quais as vantagens de se ter uma terra nesta localidade? Qual o principal produto da sua fazenda? Como funciona o ciclo de plantio (pasto ou outras plantações)

- Quem cuida das questões principais da fazenda? Ele teria disponibilidade para participar de cursos e capacitações para o melhor aproveitamento do meio ambiente?

Professores e representantes do ensino público:

- Quais atividades vocês já praticam com o tema meio ambiente?

- Há um tema condutor do cronograma pedagógico das escolas? Qual é?

- Que temas consideram interessantes para tratar em oficinas de educação ambiental para os alunos (crianças e adolescentes)?

- Que temas consideram interessantes para tratar em oficinas e cursos de capacitação para professores?


Balsa de travessia:

- Quais vocês acreditam ser o principal impacto ambiental causado pela balsa de travessia?

- Quais são os principais conflitos ambientais que vocês já presenciaram?

- Quantos carros e caminhões passam pela balsa diariamente? (Possibilidade de campanhas na balsa)


Anexo 1.3 – Roteiro para Oficinas de F.O.F.A

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DO FOFA

1. Recepção das lideranças, lista de presença
2. Abertura da reunião: apresentação do objetivo
3. Apresentação do objetivo da dinâmica: O olhar do Morador para sua comunidade
 - Os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos;
 - Os participantes poderão expor seus próprios conceitos e critérios de explicação. Não tem certo, não tem errado. O importante é expressar opiniões;
 - A idéia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la e que iniciem um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los.
 - Explicar o que é meio ambiente e quais os principais temas abordados comumente em Educação Ambiental, leva-los ao caminho de reflexão que contribuirá para o debate da dinâmica.
4. Aplicação FOFA
 -
 - Quais as principais vantagens de se morar/exercer atividade naquele local?
 - Quais as principais desvantagens?
 - Quais as principais dificuldades?
 - Quais são os principais problemas ambientais da região?
 -
5. Em um flipchart registrar as potencialidades da área e as limitações/problemas. Eleger no final a priorização destes problemas.
6. Gravar e anotar todas as falas

Anexo 1.4 – Roteiro para oficinas de Mapa Falado

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DO MAPA FALADO

1. Recepção das lideranças, lista de presença
2. Abertura da reunião: apresentação do objetivo
3. Apresentação do objetivo da dinâmica: O olhar do Morador para o sua comunidade
 - Os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos;
 - Os participantes poderão expor seus próprios conceitos e critérios de explicação. Não tem certo, não tem errado. O importante é expressar opiniões;
 - A idéia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la e que iniciem um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los.
4. Aplicação do Mapa Falado
 - Apresentação da **dimensão espacial**
Estimular a reflexão sobre os limites da comunidade, viário (ruas e estradas), pelos recursos naturais: rios, parques, morros, bosque natural, bosque secundário, matagal
 - Apresentação da **dimensão de fluxos migratórios**: quando começou a ocupação, por onde começou, os lugares de onde vieram os antepassados e os atuais povoadores para viver na comunidade, linha do tempo e se teve fluxo inverso: quando saíram, razões, para onde foram, conflitos de ocupação.

- Apresentação da **dimensão Social**:
 - iniciar com elementos de referência, como a localização de serviços (escola, igreja, centro de saúde, área de lazer, centro comunitário, mercearias, armazéns, lojas, etc.),
 - estimular os elementos do fluxo da comunidade: acessos físicos (por onde entram e saem), onde trabalham, transporte

 - localização de moradias, número de lares, o tipo de ocupação de seus habitantes (e o número de habitantes), a **qualidade de construção, o acesso à água e à energia elétrica, escoamento sanitário, coleta de lixo, preservação ambiental, etc.**


 - situação social: as condições de vida dos habitantes; o relacionamento comunitário. Estimular a discussão em relação às limitações/problemas e potencialidades da área

 - situação ambiental: relação com o meio ambiente, colher histórias, lendas e afeições. Estimular a reflexão sobre conflitos e potencialidades ambientais.

5. Em um flipchart registrar as potencialidades da área e as limitações/problemas. Eleger no final a priorização destes problemas.

6. Gravar e anotar todas as falas

Anexo 1.5 – Questionário aos Profissionais de Ensino

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

APRESENTAÇÃO

A Empresa de Energia São Manoel está implantando no Rio Teles Pires uma central de Aproveitamento Hidrelétrico entre os Estados do Mato Grosso e Pará. O processo de licenciamento ambiental prevê ações mitigadoras e compensatórias apresentadas por meio do Projeto Básico Ambiental (PBA), dentro do conjunto de Programas de Apoio ao Plano de Gestão Ambiental. Entre estes Programas está inserido o de Educação Ambiental, cujo conteúdo foi aprovado pelo IBAMA para a Licença de Instalação do AHE São Manoel, que foi dividido em três etapas: o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), a elaboração de Projetos de Educação Ambiental subsidiada pelo DSP e a execução destes projetos.

Entre a última semana de maio e a primeira de junho a equipe da JGP Consultoria realizou entrevistas com todos os setores da população local afim de conhecer a dinâmica social e obter subsídios para criar projetos alinhados com os interesses das comunidades dos municípios de Paranaíta e Alta Floresta, que é o objetivo da realização do DSP.

O Programa de Educação Ambiental (PEA) também prevê ações tanto com alunos como professores, em três frentes diferentes: palestras, oficinas e cursos de capacitação. Por meio do DSP pretende-se encontrar temas que sejam interessantes para ambos os públicos e, ao mesmo tempo, façam parte do currículo escolar como recomendou os Secretários de Educação de Paranaíta e Alta Floresta.

Para atender a esta finalidade, foi elaborado o questionário apresentado a seguir.

Este questionário é um instrumento que faz parte da etapa do DSP. Procurou-se elaborar um questionário que não fosse longo, muito menos rígido. Por isso, este espaço foi feito para vocês professores expressarem da maneira como achar melhor sua opinião acerca do que está sendo questionado. É importante destacar que, como vocês podem perceber, não há certo nem errado. É a sua opinião que realmente importa.

Assim, a equipe conta com a sua colaboração, profissionais das redes de ensino, no que possa tanger o seu universo de trabalho e cotidiano, para a construção de projetos sustentáveis e de transformação socioambiental.

A Equipe da JGP Consultoria agradece antecipadamente.
(Executora do Programa de Educação Ambiental da UHE São Manoel.)

Nome do entrevistado _____

Município _____ Data _____

Qual destas é a sua função na escola:

Professor (marque mais de uma opção caso você atue em mais de um setor):

Ensino Infantil () Ensino Fundamental I () Ensino Fundamental II () Ensino Médio ()

Coordenador (marque mais de uma opção caso você atue em mais de um setor):

Ensino Infantil () Ensino Fundamental I () Ensino Fundamental II () Ensino Médio ()

Diretor: ()

Outros: _____

1. Em qual escola você atua (Escreva o nome das escolas onde atua)?

2. Quais projetos escolares relacionados com o meio ambiente vocês já desenvolveram ou desenvolvem na escola?

3. Esse projeto foi dividido em etapas? Sim () Não ()

4. Se sim, quais eram essas etapas?

5. Todas as etapas foram concluídas? Sim () Não ()

6. Houve prosseguimento do tema do projeto para outros projetos? Sim () Não ()

7. Quais as principais dificuldades vocês encontraram para desenvolver este (s) projeto (s)?

8. Houve interesse de participação da maior parte dos alunos? Se não, qual o principal motivo de resistência?

9. Qual a resposta obtida por parte dos pais dos alunos frente as atividades relacionadas ao meio ambiente executadas na escola?

10. Quais os principais problemas socioambientais que a escola enfrenta?

11. E quais os principais problemas socioambientais que a população do seu entorno enfrenta hoje? (Ex. lixo, falta de higiene, doenças tropicais, etc.)?

12. De acordo com o cenário local, que temas considera relevantes para a realização de cursos de capacitação dos professores da rede do ensino fundamental e médio?

Gestão de resíduos ()

Como lidar com a fauna silvestre ()

Patrimônio Histórico e Imaterial ()

Oficinas de brinquedos ()

Teorias de Educação Ambiental ()

Ecosistemas e a sociedade ()

Reciclagem ()

Treinamento em oficinas e dinâmicas ()

Outros: _____

13. E quais temas considera importantes para oficinas e palestras com os alunos das redes de ensino fundamental e médio?

Gestão de resíduos (5 Rs) ()

Como lidar com a fauna silvestre ()

Patrimônio Histórico e Imaterial ()

Oficinas de brinquedos ()

Teorias de Educação Ambiental ()

Ecossistemas e a sociedade ()

Reciclagem ()

Oficinas sobre a água/recursos hídricos ()


Permacultura ()

Horta na escola ()

Outros: _____

14. Dentro do contexto escolar quais são os temas que mais lhe interessam?

Anexo 1.6 – Apresentação para Atividades do DSP

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		



São Manoel
ENERGIA



Consultoria e
Participações Ltda.

Programa de Educação Ambiental

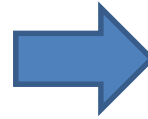
Diagnóstico Socioambiental Participativo
UHE São Manoel

Maio/2015

Apresentação



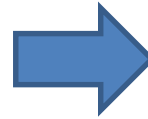
São Manoel
ENERGIA



UHE São Manoel



JGP Consultoria e
Participações Ltda.



Programa de Educação
Ambiental

Equipe técnica:

Mauricio Zamboin - *Coordenador Geral*

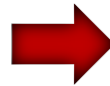
Márcia Chaves - *Coordenadora Social*

Paula Pontvianne R. de Souza - *Socióloga*

Priscila Machion Leonis - *Bióloga*

Licença Prévia (LP)

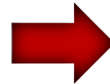
(emitida em 29/11/2013)



Aprovação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA / Rima) que apontou a viabilidade ambiental na área definida para a implantação da obra.

Licença de Instalação (LI)

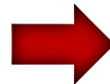
(emitida em 14/08/2014)



Aprovação do Projeto Básico Ambiental (PBA) com programas e planos ambientais para mitigar os possíveis impactos com a construção da obra.

Licença de Operação (LO)

(previsto para o final de 2017)



Fiscalização de todas as condições impostas pelo órgão ambiental fiscalizador para o funcionamento da hidrelétrica.

Porque Educação Ambiental?

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"

A comunidade local se constitui em um parceiro vital na defesa dos seus recursos naturais, desde que sensibilizada, e capacitada para tal.

Fonte: Constituição federal, artigo 225.

1ª fase – Diagnóstico Socioambiental Participativo – identificar e caracterizar problemas e conflitos socioambientais que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos do empreendimento, bem como as potencialidades socioambientais relacionadas aos grupos sociais afetados. Os principais temas abordados ajudarão a direcionar as oficinas de Educação Ambiental.

2ª fase – Elaboração dos Programas de Educação Ambiental

3ª fase – Execução dos Programas de Educação Ambiental



População que mora e/ou exerce algum tipo de atividade na ADA/AID, incluindo a parte da gleba São Benedito afetada;

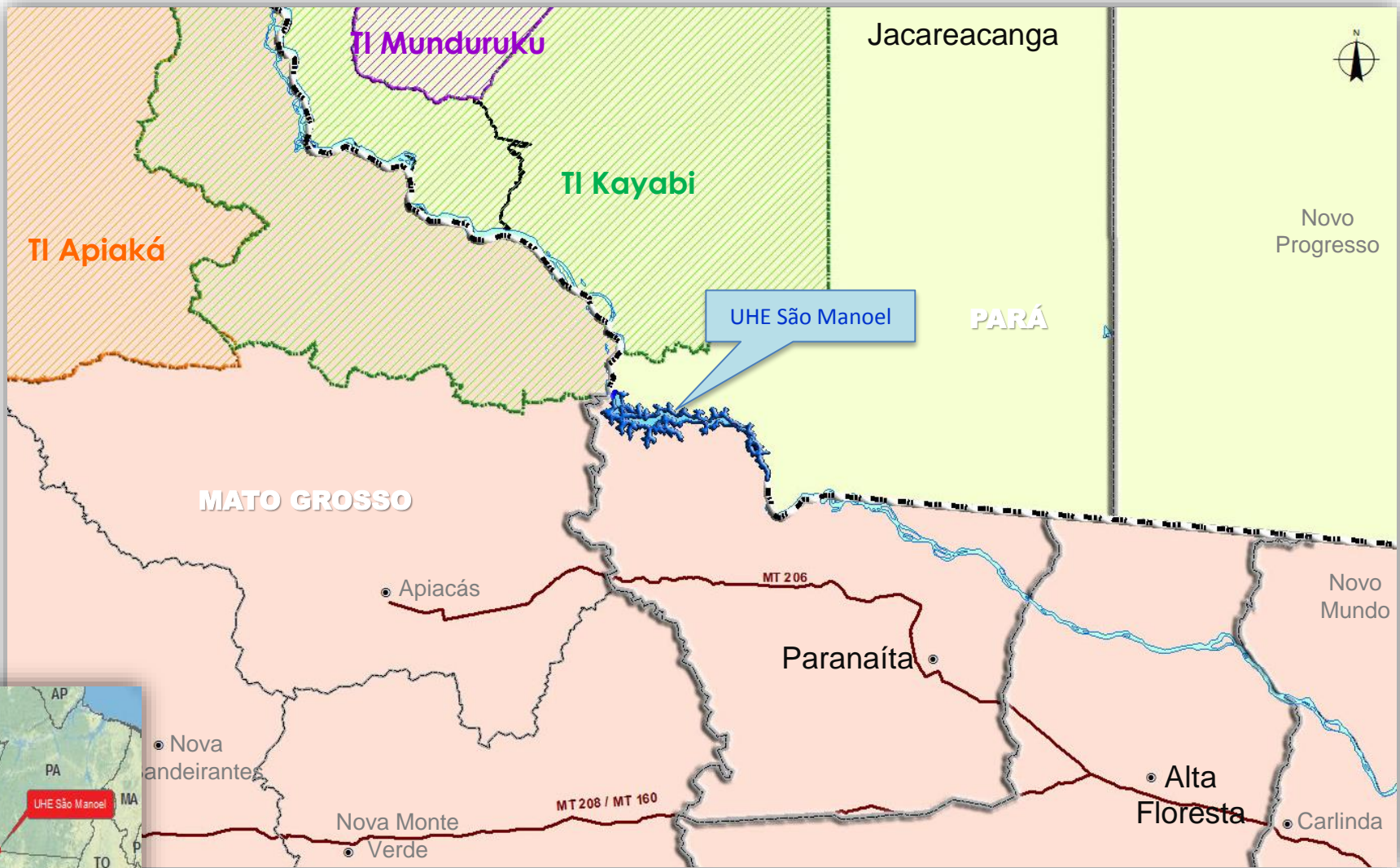
Proprietários de terras;

Proprietários de pousadas;

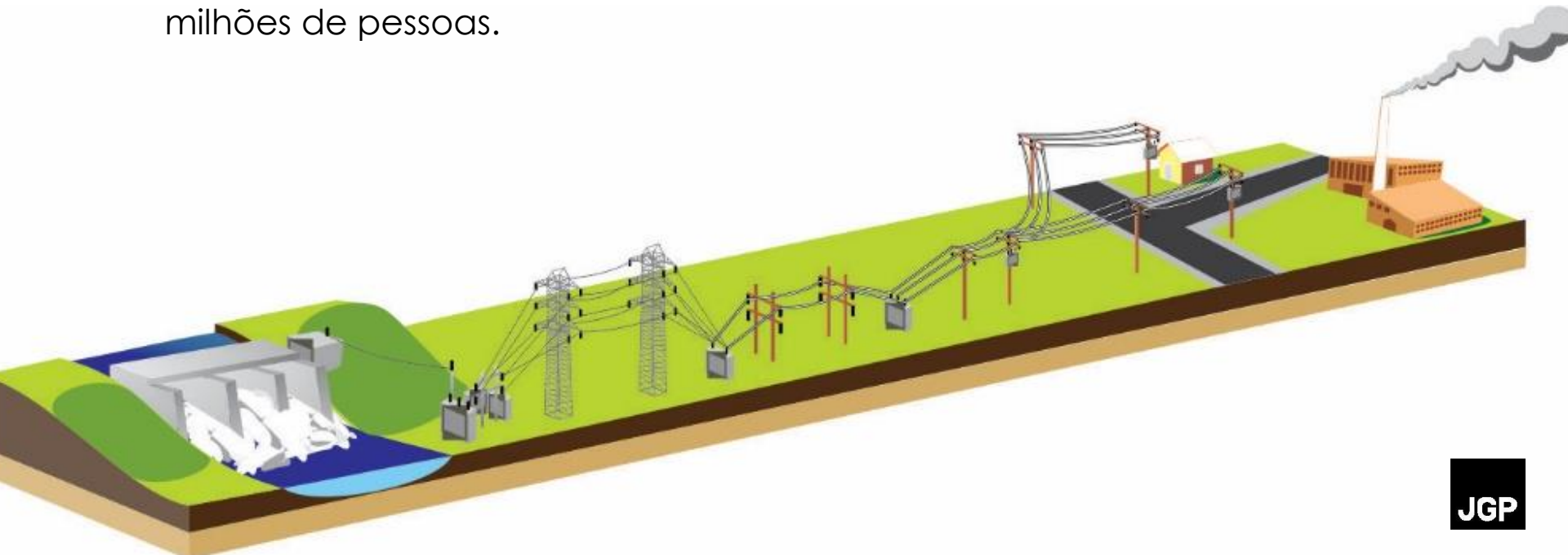
Proprietários de balsa de travessia;

Donos de balsas de garimpo e garimpeiros;

Pescadores.



- Empresa responsável – Empresa de Energia São Manoel (EESM);
- A UHE São Manoel será construída no rio Teles Pires;
- Fica na divisa dos municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA);
- Potência instalada de 700 MW (megawatts);
- Capacidade de abastecer uma cidade com aproximadamente 2,5 milhões de pessoas.



- O “meio ambiente” envolve todas as coisas vivas e não-vivas que ocorrem na Terra ou em alguma região dela, que afetam os ecossistemas e a vida dos humanos.
- E ainda, “meio ambiente” consiste no lugar onde se vive é referente à vida cotidiana: casa, escola e trabalho.



Fonte: www.jornalboavista.com.br

- Já tinham conhecimento sobre a construção?
- Dúvidas?
- Comentários?
- Expectativas?

- Como é a rotina dos moradores da comunidade?
- Conhecimento e interesse em temas ambientais?
- Quais são as principais lideranças/entidades atuantes?
- Já houve alguma iniciativa de ensino ambiental?
- Existe algum conflito socioambiental na área?
- Meios de comunicação?
- Saúde pública?



São Manoel
ENERGIA




Consultoria e
Participações Ltda.

Obrigada pela Participação!

Diagnóstico Socioambiental Participativo
UHE São Manoel

Maio/2015

Anexo 1.7 – Lista de Presença

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

Data: _____ Público participante: _____

	Nome	Atividade	E-mail	Telefone
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				

Data: _____ Público participante: _____

18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			

Anexo 2 – Registro Fotográfico da 1ª Campanha do DSP


Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		



Foto 01: Realização de reunião com representantes do poder público no município de Paranaíba. Etapa de Estabelecimento de Parcerias.



Foto 02: Realização de reunião com representantes do poder público no município de Paranaíba. Etapa de Estabelecimento de Parcerias.



Foto 03: Reunião com professora da escola municipal rural Getúlio Vargas B. Etapa de Estabelecimento de Parcerias.



Foto 04: Reunião com Secretária de Educação no município de Alta Floresta. Etapa de Estabelecimento de Parcerias.



Foto 05: Reunião com Secretária de Meio Ambiente no município de Alta Floresta. Etapa de Estabelecimento de Parcerias.



Foto 06: Realização de entrevista com o motorista da escola municipal rural Getúlio Vargas B, e morador ribeirinho do rio Teles Pires.



Foto 07: Realização de oficina com os alunos da escola municipal rural Getúlio Vargas B, na gleba São Benedito. Etapa de execução do DSP.



Foto 08: Realização de oficina com os alunos da escola municipal rural Getúlio Vargas B, na gleba São Benedito. Etapa de execução do DSP.



Foto 09: Realização de entrevista semiestruturada com a professora da escola municipal rural Getúlio Vargas B e moradora da gleba São Benedito. Etapa de execução do DSP.

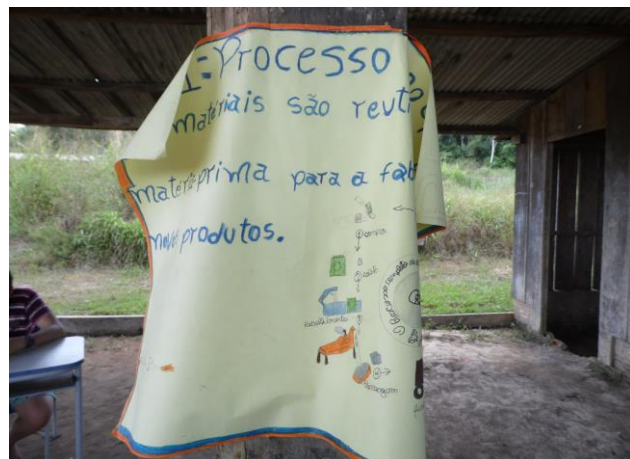


Foto 10: Cartazes utilizados em trabalho de educação ambiental na escola municipal rural Getúlio Vargas B pela CHTP.



Foto 11: Realização de entrevista semiestruturada com caseiro da APEP, morador ribeirinho do Teles Pires. Etapa de execução do DSP.



Foto 12: Realização de entrevista semiestruturada com coordenadora da rede municipal de ensino fundamental. Etapa de execução do DSP.



Foto 013: Realização de entrevista semiestruturada com proprietário de terra na AID do empreendimento. Etapa de execução do DSP.



Foto 014: Realização de entrevista semiestruturada com assessora pedagógica do ensino estadual no município de Paranaíta. Etapa de execução do DSP.



Foto 015: Realização de reunião com professoras da escola XXX. Etapa de execução do DSP.

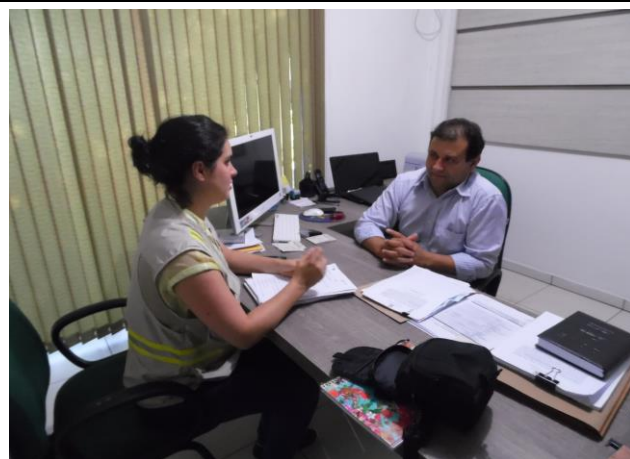


Foto 16: Realização de entrevista semiestruturada com o presidente da APEP e pescador esportivo. Etapa de execução do DSP.



Foto 17: Realização de entrevista semiestruturada com professor da escola municipal rural São Pedro. Etapa de execução do DSP.



Foto 18: Realização de entrevista semiestruturada com o assessor da Secretaria de Meio Ambiente de Paranaíta. Etapa de execução do DSP.



Foto 019: Realização de entrevista semiestruturada com proprietário de terra na AID do empreendimento. Etapa de execução do DSP.



Foto 020: Realização de entrevista semiestruturada com proprietários de terra na AID do empreendimento. Etapa de execução do DSP.



Foto 021: Realização de oficina com pescadores profissionais. Etapa de execução do DSP.



Foto 022: Realização de oficina com pescadores profissionais. Etapa de execução do DSP.



Foto 23: Realização de entrevista semiestruturada com assessor pedagógico do ensino estadual no município de Alta Floresta. Etapa de execução do DSP.



Foto 24: Realização de reunião com proprietários de terras na AID do empreendimento. Etapa de execução do DSP.



Foto 025: Sede da Cooperativa de Garimpeiros Cooperalfa em Alta Floresta. Os entrevistados não permitiram fotografar a atividade.



Foto 026: Realização de entrevista semiestruturada com proprietário de terra na AID do empreendimento. Etapa de execução do DSP.



Foto 027: Realização de entrevista semiestruturada com proprietário de terra na AID do empreendimento e visita a criação de gado confinado em Alta Floresta. Etapa de execução do DSP.



Foto 28: Realização de entrevista semiestruturada com gerente da pousada Mantega. Etapa de execução do DSP.



Foto 29: Lixão a céu aberto no município de Paranaíta.



Foto 30: Lixão a céu aberto no município de Paranaíta. Nota-se que o lixo está sendo queimado.



Foto 031: Entrada do Lixão do município de Alta Floresta.




Foto 032: Entrada do Lixão do município de Alta Floresta.



Foto 033: Lixão do município de Alta Floresta



Anexo 3 – Cronograma Geral Ajustado do P.27

Visto por:		Elaborado por:				Rev.: 02 01/09/15
Cleide Rocha Coordenador	Juhei Muramoto Gestor	Márcia Eliana Chaves Socióloga	Paula Pontvianne Socióloga	Priscila Machion Leonis Bióloga		

